

RELATÓRIO DE ANÁLISE DE MÍDIAS SOCIAIS

redes sociais, portais de notícias e anúncios políticos

Caso Master: o vídeo do Porchat — relatório

23/09/2026 · PERÍODO ANALISADO: 17/09/2026 A 23/09/2026 · 26 GRÁFICOS

O relatório examina o que o vídeo de Fábio Porchat sobre o Banco Master moveu no debate público brasileiro e como a remoção do perfil da série pela Meta, dois dias depois, reconfigurou essa leitura — se calou, amplificou ou deslocou o assunto da denúncia para a censura. O recorte cobre o caso Master e o episódio "Grandes Igrejas, Master Negócios", da série Revelando, entre 17 e 23 de setembro de 2026, com o vídeo no dia 21 e a derrubada do perfil no dia 23, e mobiliza valência, posicionamento, emoções, enquadramentos, a Teoria das Fundações Morais (MFT), que mede o juízo moral acionado em polo virtuoso ou de violação, causalidades, polarização, vulnerabilidade democrática, confiança institucional e campanhas pagas. O caso responde por 1,0% do que foi classificado no período, mas por 3,0% de todas as interações, com 2.702.552 de engajamento e 52.097.618 de visualizações, e a oposição ao que o vídeo expõe concentra 97,9% do engajamento no primeiro dia e ainda 68,9% no dia da remoção. A corrupção moral responde por 60,5% do engajamento em enquadramentos específicos, a indignação por 53,3% das emoções e o desprezo por 31,5%, ambos quase integralmente no campo de oposição. Daniel Vorcaro concentra 36,0% do engajamento em que pessoas são citadas, com 95,1% de tratamento negativo, e a Igreja Batista da Lagoinha lidera entre as instituições, com 32,4% e 95,2% negativos. A reverberação por bolha revela o achado central: a bolha da direita não cita Porchat em nenhuma publicação, enquanto o público não mapeado é quem mais fala do vídeo. A tese é simples e incômoda: o caso Master é lido como corrupção moral por quem já não tinha lado a perder, o campo atingido respondeu com silêncio em vez de refutação, e a remoção da plataforma deslocou o eixo do debate da corrupção para a censura.

A DENÚNCIA QUE A DIREITA NÃO NOMEOU — E A CENSURA QUE VIROU PROVA

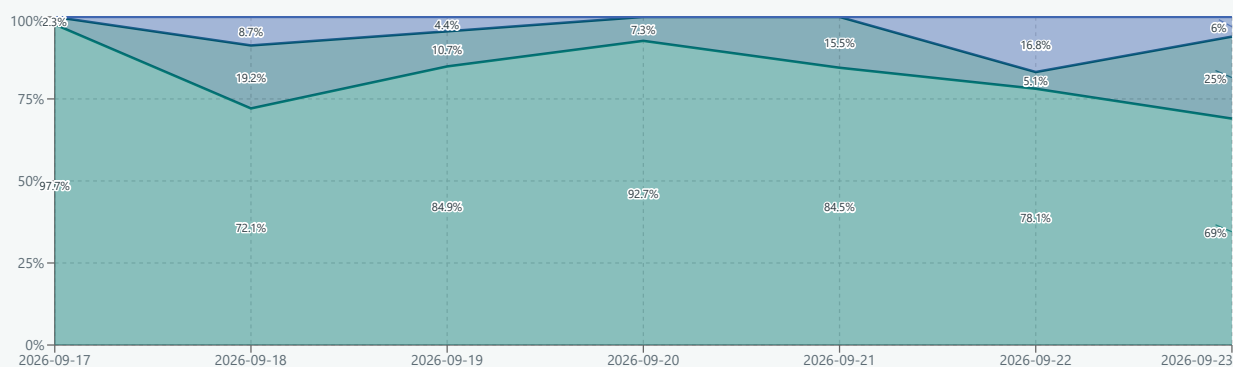
O vídeo de Fábio Porchat não abriu um debate: fechou um. Na noite de 21 de setembro, o episódio "Grandes Igrejas, Master Negócios", da série Revelando, amarrou o Banco Master de Daniel Vorcaro à Igreja Batista da Lagoinha, ao pastor André Valadão, a Flávio Bolsonaro e a Nikolas Ferreira — e, dois dias depois, a Meta derrubou o perfil da série e o devolveu horas depois, fazendo o que denunciante nenhum consegue sozinho: transformou a denúncia em prova de perseguição.

A tese que este painel sustenta é simples e incômoda: o caso Master é lido como corrupção moral por quem já não tinha lado a perder, o campo atingido respondeu com silêncio em vez de refutação, e a remoção da plataforma deslocou o eixo do debate da corrupção para a censura. A evidência é escancarada.

Reverberação não é a mesma coisa que volume, e aqui os dois andam juntos. O recorte do caso Master com o vídeo reúne 1,0% de tudo o que foi classificado no período, mas 3,0% de todas as interações — 2.702.552 — e 52.097.618 visualizações. Por interações, ele ficaria em quarto lugar entre os assuntos quentes da semana, atrás de Lula x Flávio na corrida presidencial, do próprio caso Master em sua versão "celular e rede de pagamentos", e da crise do Supremo aberta pela acusação de André Mendonça a Alexandre de Moraes. Não é um assunto periférico: é um assunto que já era grande e ganhou um novo motor.

PANORAMA

O movimento diário conta a história melhor que o agregado. Em 17 de setembro, o engajamento do caso somava 183.096; em 20, salta a 390.390; em 21, véspera da repercussão máxima do episódio, a 800.132; em 22, a 834.888 — e o alcance acompanha, de 3,2 milhões de visualizações no primeiro dia a 12.849.682 em 21 e 12.194.014 em 22. A participação do recorte no total do dia sobe de 0,5% para 3,4%, ou seja: o pico não é efeito de um dia cheio, é o assunto crescendo dentro do dia.



1 · Antes e depois do vídeo: o caso dia a dia, por posicionamento

■ Oposição ■ Neutro informativo ■ Apoio

O gráfico mede, dia a dia, como o engajamento do caso Master se reparte entre quem se opõe, quem se mantém neutro e quem apoia — e a resposta é uma só: a oposição é dona do assunto. Em 17/09, véspera do vídeo, ela já concentrava 97,8% do engajamento do dia; no dia 18, com o vídeo no ar, cai a 71,8% por-

que o neutro informativo sobe a 19,7% e o apoio a 8,5% — a novidade não é a denúncia, é a informação.

O pico de 20/09, com 388.732 interações, devolve 92,7% à oposição e zera o apoio; em 21/09, quando o Revelando Brasil puxa 449.641 interações num único post, a oposição fica em 84,5% e o neutro em 15,4%.

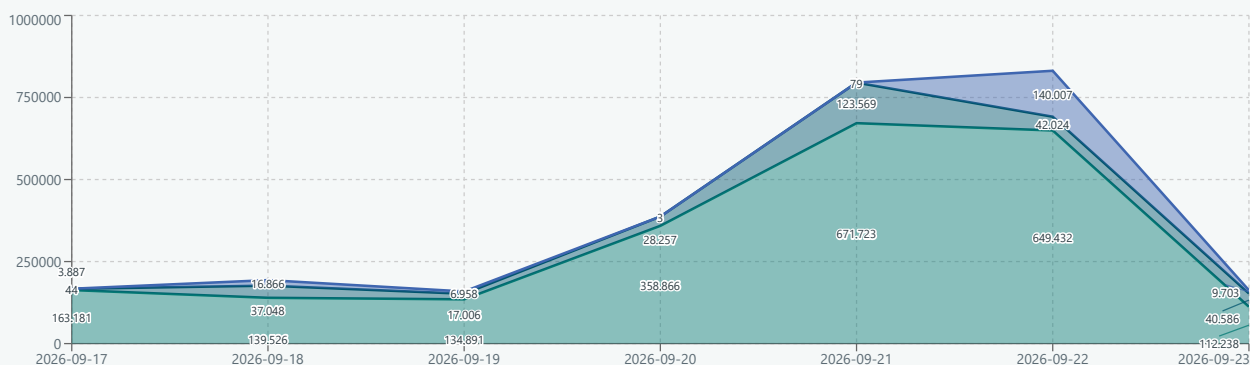
O dia 22 é o único em que o apoio respira: 19,3%, contra 75,7% de oposição — e é aí que aparece Lara, com 39.868 interações, agradecendo a Porchat "pela coragem", o apoio que não defende Vorcaro nem a Lagoinha, mas o vídeo. Em 23/09, com o perfil derrubado pela Meta, o neutro informativo salta a 24,9% e o apoio recua a 6,2%: a censura desloca o eixo, não o inverte.

O que o gráfico sustenta é que a peça de Porchat não criou um campo de defesa — criou um campo de exposição. O apoio nunca passa de um quinto do engajamento diário e, quando aparece, é apoio à denúncia, não aos citados; a oposição, que responde por 56% do posicionamento no recorte, carrega 55% de indignação e 30% de desprezo, e o vício da santidade degradada aparece em 98% dos textos morais, com a autoridade subvertida em 94% e a traição em 83% — a gramática de quem lê o caso como profanação, não como crime.

A pergunta que o gráfico deixa no ar é a que a reverberação por bolha responde: se a bolha da direita publica sobre o caso e não nomeia o vídeo, o silêncio não é ausência de posição, é a recusa de amplificar a peça que a atinge. O que falsearia essa leitura seria o aparecimento, nos próximos dias, de reação da direita que cite Porchat para atacá-lo — aí o padrão seria outro, o de quem responde para desqualificar, e não o de quem se cala para não dar palco.

A composição de cada dia, porém, é de uma assimetria quase insultuosa. Quem se opõe ao que o caso expõe responde por 97,9% do engajamento em 17 de setembro, 92,8% em 20, 84,5% em 21 e ainda 68,9% em 23. O apoio, que significa aqui a defesa dos citados e o crédito ao vídeo como denúncia legítima, aparece com 8,4% em 18, 4,2% em 19, 19,3% em 22 — o dia em que a leitura pró-Porchat se organizou — e recua a 6,2% em 23.

O relato neutro, por sua vez, faz o caminho inverso e chega a 24,9% no dia da derrubada do perfil: foi quando o caso deixou de ser acusação e virou notícia.



25 · Engajamento do caso, dia a dia, em números reais

■ Oposição ■ Neutro informativo ■ Apoio

O gráfico mede o engajamento diário do caso Master — curtidas, comentários e compartilhamentos somados — aberto pelo posicionamento de quem publica, e o que ele mostra é uma curva de indignação que não para de subir: de 137 mil interações em 17/09 para 808 mil em 21/09, o dia em que o episódio "Grandes Igrejas, Master Negócios" da série Revelando, apresentado por Fábio Porchat, vai ao ar, e 792 mil em 22/09, quando a Meta derruba o perfil da série. O salto é de quase seis vezes em quatro dias, e o pico coincide exatamente com a peça que a bolha da direita não nomeia.

A oposição — quem ataca os citados, de Daniel Vercaro a Alexandre de Moraes, passando por Flávio Bolsonaro e a Igreja Batista da Lagoinha — responde por 97,9% do engajamento no primeiro dia, 92,8% em 20/09, 84,5% em 21/09 e 75,7% em 22/09; o apoio, que era zero em 17 e 20/09, salta para 19,3% em 22/09, o dia da censura, e cai para 6,2% em 23/09.

Ou por outra: o que move o volume não é a denúncia em si, mas a reação a ela — e a reação à tentativa de calá-la. O neutro informativo, que oscila entre 2,1% e 24,9%, nunca disputa a dianteira.

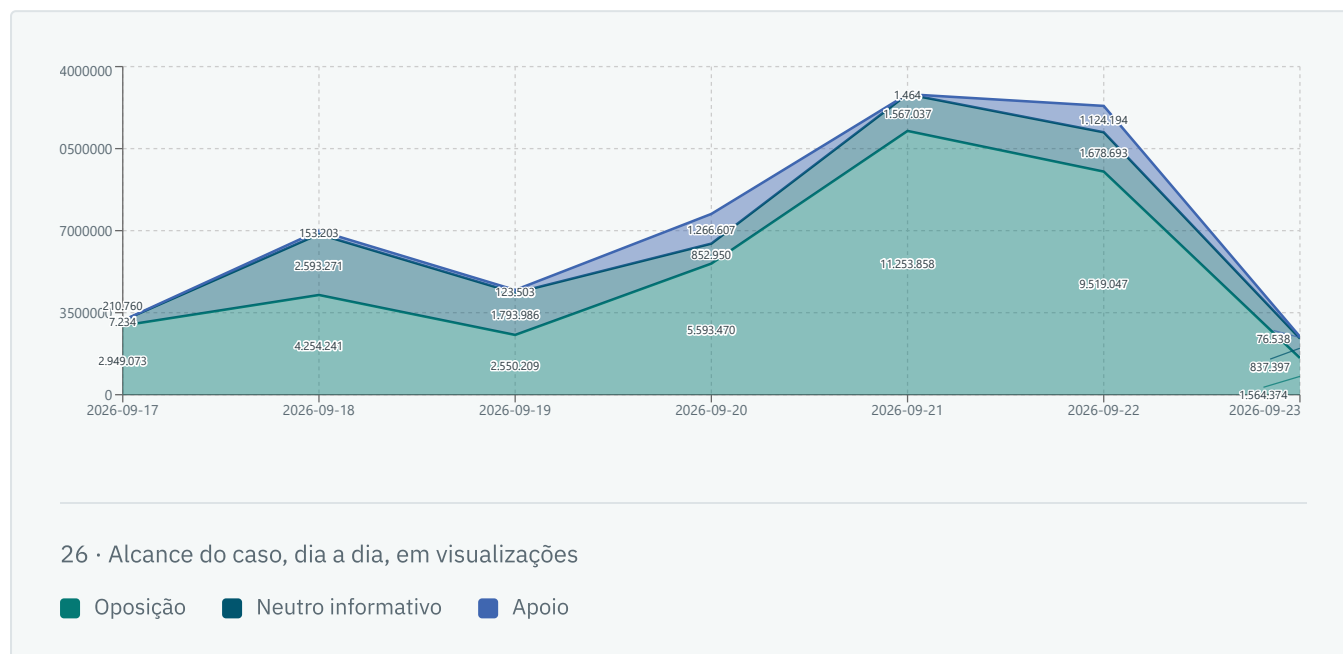
Vale dizer o que esse movimento revela sobre a bolha: o engajamento da oposição é quase todo indignação (55% das emoções de quem se opõe) e desprezo (30%), com enquadramento de corrupção moral em 70% dos textos de oposição e atribuição de responsabilidade direta em 83% — a causalidade é apontada ao indivíduo, não à estrutura. A fundação moral da santidade aparece violada em 98% dos textos, a autoridade em 94%, a lealdade em 83%: o caso é lido como profanação, traição e subversão, não como dano coletivo.

É por isso que a direita não precisa responder ao vídeo — ela fala do caso Master, mas não nomeia Porchat, e o dado que o usuário traz sustenta o padrão: das publicações da bolha da direita no recorte, nenhuma cita o humorista, enquanto o público não mapeado é quem mais o cita. Não responder é a forma de não amplificar.

O que falsearia essa leitura seria a direita passar a citar Porchat para atacá-lo, ou o engajamento de oposição cair justamente nos dias em que o vídeo e a censura dominam — o que não aconteceu: a oposição manteve 75,7% do engajamento no dia da derrubada, e o apoio só cresceu porque a censura criou um novo alvo: a própria Meta.

O gráfico, portanto, não mede a força da denúncia — mede a força da reação a quem tentou abafá-la, e a curva de 21 para 22/09 mostra que a derrubada do perfil não esfriou o caso, deslocou-o: o pico de interações se mantém alto no dia seguinte, mas a composição muda, com o apoio ganhando espaço justamente quando a plataforma vira ré.

Se a leitura se confirma, o episódio de Porchat foi o gatilho, mas o combustível foi a tentativa de silenciá-lo.



O gráfico mede o alcance do caso Master em visualizações, dia a dia, e o que ele mostra é uma curva que sobe até 21 e 22 de setembro e desaba em 23 — de 13,4 milhões de visualizações no pico para 1,9 milhão no último dia, uma queda de quase 86% em 24 horas. Mas o dado decisivo não é o volume: é a composição. No dia 17, quem se opõe ao que o caso revela — quem pede investigação, afastamento e responsabilização dos citados — concentrava 93,3% do alcance; no dia 21, auge da repercussão, 87,8%; no dia 22, 77,2%.

O apoio ao que o caso ataca — quem minimiza, quem defende os citados, quem trata a denúncia como perseguição — nunca passou de 16,2% do alcance diário, e nos dois dias de maior audiência ficou em 0% e 9,2%. Traduzido: de cada dez pessoas que viram conteúdo sobre o caso, oito ou nove viram a versão que acusa. A denúncia não apenas dominou o alcance — ela foi o alcance.

Vale dizer o que isso significa em termos de exposição. O neutro informativo, que é o relato sem tomar partido, oscilou entre 6,5% e 45,5% do alcance diário, com pico no dia 19 — provavelmente quando a imprensa tratou do caso sem o enquadramento de acusação que marca o restante. Mas mesmo nos dias em que o relato cresceu, a oposição manteve maioria confortável. E aqui entra a reverberação por bolha: a esquerda e o público não mapeado — usuário comum, influenciador sem histórico político fixo — são quem mais cita o vídeo de Porchat, enquanto a bolha da direita, no recorte, não o nomeia uma única vez.

O padrão que o gráfico sustenta é este: o alcance do caso é majoritariamente o alcance da acusação, e quem é acusado não disputa essa audiência — não responde, não amplifica, não nomeia a peça. A hipótese a nomear é a de que o silêncio é a estratégia de não amplificar. O que falsearia essa leitura seria a direita

aparecer citando o vídeo para atacá-lo, ou o apoio crescer em proporção ao alcance nos dias de pico — e não foi o que aconteceu: o apoio ficou em 0% no dia de maior audiência.

QUEM FALA E QUEM É EXPOSTO

Quem move o engajamento não é a imprensa, é o campo político e a militância digital. Políticos respondem por 34,8% do engajamento, com 91,7% dele em oposição ao que o caso revela; influenciadores, 23,0%, dos quais 83,2% em oposição; usuários comuns, 10,0%. A mídia jornalística entra com 8,1% em oposição e 4,6% em relato. O artista de cultura é quase unânime: 98,1% de oposição. Vale dizer o que isso significa: entre quem fala, tomar partido contra o esquema deixou de ser escolha e virou ponto de partida.



O gráfico mede quem publica sobre o caso e como cada tipo de autor se posiciona — e o que ele revela é uma máquina de indignação em que a exposição está concentrada em quem ataca. Políticos respondem por 34,9% do engajamento total do recorte, e 91,8% do engajamento que eles geram está em publicações de oposição; influenciadores vêm em seguida, com 23,0% do total e 83,3% de sua exposição igualmente na oposição. Somados, os dois tipos de ator concentram quase 58% de toda a exposição do caso, e em ambos a oposição domina de forma esmagadora. Não é um debate em que os lados se equilibram: é um coro.

A composição interna de cada tipo de autor confirma o padrão. Entre artistas e figuras da cultura, 98,1% do engajamento está em publicações de oposição; entre jornalistas individuais, 89,2%; entre usuários comuns, 82,7%; entre a mídia jornalística, 63,3%. O neutro informativo aparece sobretudo na mídia (35,6% do engajamento dela) e nos influenciadores (12,8%), mas em nenhum tipo de ator o apoio chega perto: entre políticos, apenas 3,9% do engajamento é de apoio; entre influenciadores, 3,9%; entre usuários, 7,0%. O apoio existe, mas é residual — e o dado de posicionamento do recorte confirma: 62% das publicações são de oposição, 33% de relato neutro e 6% de apoio.

O que isso significa para a tese do painel é direto: a denúncia do vídeo de Porchat não encontrou um campo de defesa organizado. Quem fala, fala contra — e fala com volume. A pergunta que o gráfico responde não é "quem apoia o quê", mas "quem sustenta a conversa". E a resposta é: os que atacam.

A oposição não é apenas majoritária em número de publicações; ela é majoritária em exposição, o que significa que o algoritmo e o público premiaram o ataque, não a defesa. O neutro informativo da mídia jornalística é o único contrapeso relevante, e ainda assim responde por pouco mais de um terço do engajamento dela.

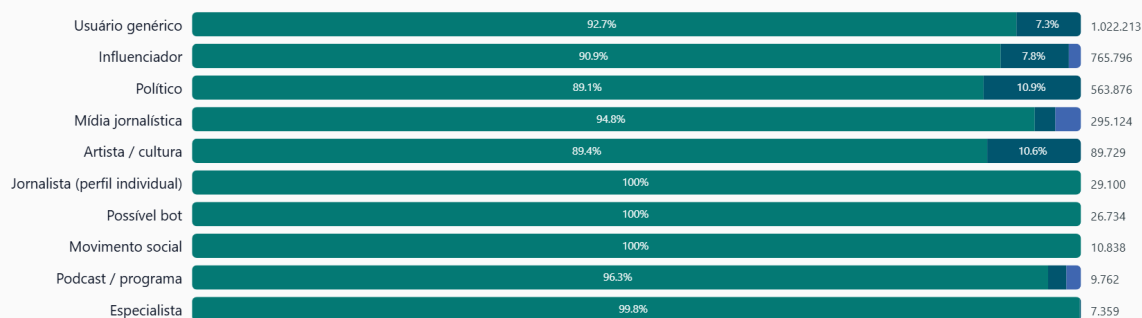
A abordagem analítica solicitada — a de que denúncias de produtoras independentes começam em influenciador e artista e só depois chegam a político e imprensa — encontra aqui um dado que a confirma e a complica. Os artistas e influenciadores estão entre os que mais engajam na oposição (98,1% e 83,3%, respectivamente), mas os políticos já aparecem como o tipo de ator que mais exposição gera no recorte.

Ou seja: a denúncia nasceu fora da política institucional, mas foi a política institucional que a converteu em palanque. O vídeo de Porchat foi o gatilho; a repercussão virou combustível eleitoral, e quem mais lucrou com isso em exposição foram os que já estavam em campanha.

Vale dizer: o gráfico não mede quem pautou quem, mas a distribuição da exposição sugere que a pauta migrou. O influenciador e o artista abriram a conversa; o político a capturou. E a capturou inteira para o lado da oposição — 91,8% do engajamento político está lá. Se a denúncia tivesse encontrado um campo de defesa ativo, o gráfico mostraria apoio com peso. Não mostra. O que mostra é um sistema em que a acusação circula e a resposta não.

Isso dialoga com o achado da reverberação por bolha: a direita não nomeia o vídeo, e o gráfico explica por quê. Se o campo atingido entrasse na conversa, mesmo para atacar a peça, geraria engajamento de oposição — e o gráfico registraria esse movimento. Como não registra, o silêncio da direita não é ausência de posição: é a posição. Não amplificar é a estratégia, e o gráfico, ao mostrar que a oposição domina a exposição, revela que essa estratégia está funcionando. Quem cala não alimenta o coro.

O que falsearia essa leitura seria um volume relevante de apoio no gráfico — políticos ou influenciadores defendendo os citados com engajamento comparável. Não há. O apoio responde por 3,9% do engajamento político e 3,9% do engajamento de influenciadores. É ruído, não contraponto. O gráfico, portanto, não é sobre um debate equilibrado entre acusação e defesa: é sobre uma acusação que encontrou eco e uma defesa que não se organizou — ou que escolheu não se organizar.



4 · O tom de cada tipo de ator

■ Negativo ■ Positivo ■ Neutro

O gráfico mede o tom com que cada tipo de ator publica sobre o caso — e o que ele revela é uma unanimidade rara: a indignação não é de um campo, é do debate inteiro. Políticos respondem por 36,1% de todo o engajamento do recorte, e 93,3% do que esse grupo publica é negativo; influenciadores vêm logo atrás, com 25,2% do engajamento e 92,8% de tom negativo; usuários comuns (11,7%) e a mídia jornalística (11,6%) fecham o pelotão dos que sustentam a reprovação, com 92,5% e 95,1% de negatividade respectivamente.

Artistas e cultura, com 6,8% do engajamento, são os mais unânimes de todos: 98,3% do que publicam é negativo. Ou seja, quando o assunto é o vídeo do Porchat, o Banco Master e a Lagoinha, não há voz relevante que se disponha a defender o objeto em disputa — a valência positiva é residual em todas as categorias, e o neutro quase não existe.

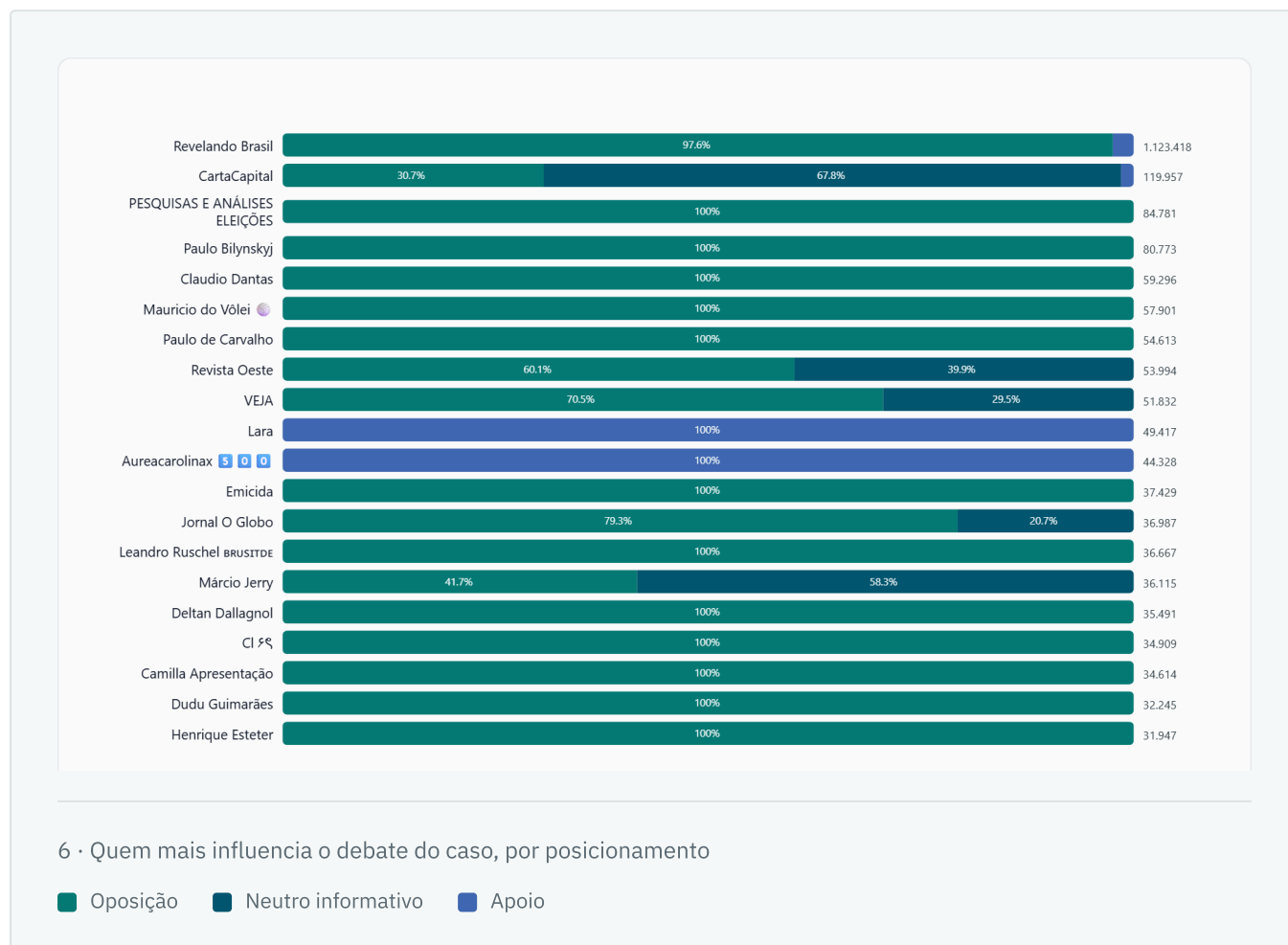
Vale dizer o que isso significa para a tese do painel: o caso não está sendo tratado como notícia, está sendo tratado como escândalo — e escândalo, na definição clássica, é o enquadramento que exige condenação pública, não relato. A mídia jornalística, que em tese deveria ancorar o polo informativo, aparece com 95,1% de tom negativo, o mais alto entre os grandes emissores; não há ali o contrapeso do relato neutro que normalmente separa a cobertura da opinião.

E o dado que amarra este gráfico à pergunta central do painel é o silêncio da bolha da direita: enquanto a esquerda e o público não mapeado citam o vídeo de Porchat, a direita fala do caso Master sem nomear a peça — não responde nem para atacá-la.

Não responder é a forma de não amplificar. O que falsearia essa leitura seria a direita passar a citar o vídeo em volume relevante, transformando o silêncio em simples atraso de reação; enquanto isso não acontece, o padrão que o gráfico sustenta é o de um campo que escolheu o não-dito como estratégia.

A concentração, no entanto, é brutal. Um único perfil, o Revelando Brasil, responde por 52,3% de todo o engajamento do recorte — e com 97,6% de sua produção em oposição. Nenhum veículo chega perto: CartaCapital, o mais engajado entre os de imprensa, representa 3,9%, com um perfil de 67,8% de relato neu-

tro; PESQUISAS E ANÁLISES ELEIÇÕES, 4,0%; Paulo Bilynskyj, 3,9%; Claudio Dantas, 2,8%; Mauricio do Vôlei, 2,8%. A direita tem voz engajada no caso, e tem-na atacando os alvos do vídeo, não o vídeo.



O ranking de quem sustenta a denúncia, por engajamento, tem um dono e um formato: o perfil Revelando Brasil concentra 52,3% de toda a exposição do recorte, e o faz quase inteiramente pelo lado da oposição — 60,2% do engajamento que ele mesmo gera. É o autor da série que a Meta derrubou em 23 de setembro, e o gráfico mostra o que a remoção produziu: não silêncio, mas concentração.

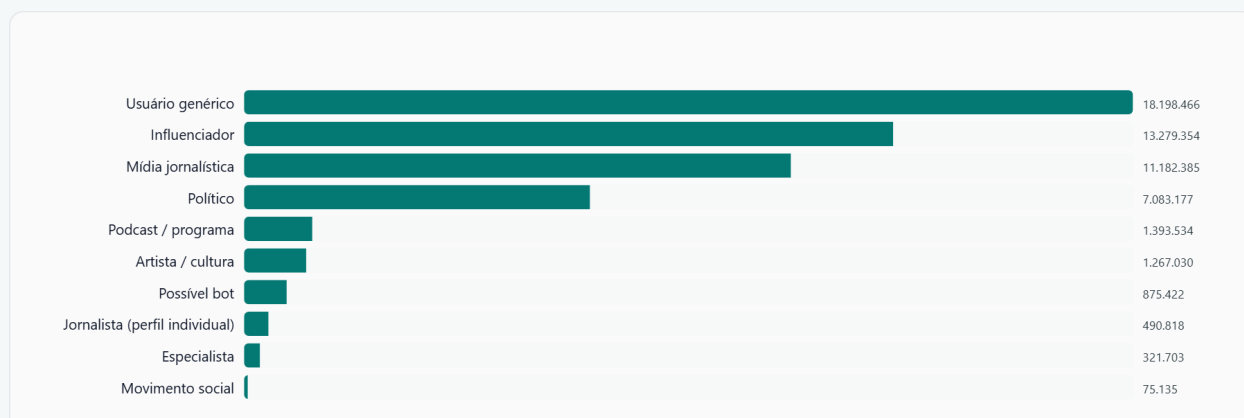
Um único perfil, tratado como usuário genérico, carrega mais da metade da audiência de um caso que mobiliza 9,8 milhões de interações, enquanto a soma de todos os veículos de imprensa listados não chega perto disso. A denúncia não se distribuiu; ela se encarnou num rosto.

Do outro lado da balança, o apoio é residual e disperso: Lara responde por 40,6% do engajamento de apoio, aureacarolinax por 36,3%, e o próprio Revelando Brasil por 21,7% — ou seja, o campo que sustenta a versão de que há perseguição à igreja e ao banqueiro não tem porta-voz de massa, tem franjas. A oposição, medida por engajamento, é o debate; o apoio é o comentário.

E os veículos de imprensa, quando aparecem, aparecem partidos: CartaCapital gera 55,7% do seu engajamento em relato neutro e apenas 2% em oposição, enquanto Jornal O Globo e VEJA concentram a maior parte do seu engajamento no campo da oposição — 79,3% e 71,4%, respectivamente. A neutralidade, aqui, não é isenção: é o terreno em que a denúncia circula sem que o veículo precise assiná-la.

O que isso sugere é que a reverberação do caso Master, no vídeo de Porchat, não se dá pela imprensa nem pelo campo político institucional, mas por um perfil que a plataforma removeu e que, removido, virou o centro de gravidade da exposição. A tese do painel — se a remoção calou, amplificou ou deslocou — encontra neste gráfico sua resposta mais dura: amplificou, ao custo de concentrar. E o que falsearia essa leitura seria um crescimento do engajamento de apoio com nome próprio, um porta-voz de massa que hoje não existe.

Em alcance, a hierarquia se reorganiza: influenciadores somam 55.975.649 visualizações, 29,0% do total; políticos, 48.665.291, ou 25,2%; a mídia jornalística, 39.127.138, 20,3%; usuários comuns, 27.472.727, 14,2%. O pódio de exposição é dos influenciadores, mas a distância para políticos e imprensa é pequena — quem manda na conversa não é quem a produz em maior quantidade, é quem a entrega a mais gente.



28 · Alcance por tipo de ator, em visualizações

A audiência do caso Master não está onde a política institucional costuma estar. Medido em visualizações, o alcance se reparte por influenciadores (29%), políticos (25,2%) e mídia jornalística (20,3%), com o usuário comum logo atrás (14,2%) e o artista de cultura fechando o bloco relevante (7,2%) — somados, esses cinco perfis respondem por quase 96% de tudo o que o caso alcançou. O que o gráfico diz, portanto, é que a denúncia viaja por três motores distintos: o influenciador que a empacota em indignação, o político que a usa como arma e o veículo que a transforma em notícia.

E há um detalhe que vale ouro para a pergunta deste painel: o artista de cultura, com 7,2%, aparece à frente de podcast, jornalista individual, especialista, movimento social, academia, think tank, partido e sindicato somados — o vídeo de Fábio Porchat não é um detalhe do caso, é um dos seus vetores de alcance. A pergunta "onde está a audiência de verdade" tem, então, uma resposta incômoda: não está no campo que o caso atinge, mas no campo que o conta.

Isso conversa diretamente com a reverberação por bolha. A esquerda citou Porchat em 42 publicações, o público não mapeado em 80, o público geral em 15, a imprensa em 19 — e a direita, em nenhuma. O gráfico ajuda a explicar por que esse silêncio é racional: se o alcance do caso se concentra em influenciadores, políticos e mídia, e se a direita não nomeia a peça, ela não entrega ao adversário o vetor mais eficiente de exposição. Não responder é a forma de não amplificar.

O que falsearia essa leitura seria a direita passar a citar o vídeo — para atacá-lo, desqualificá-lo ou processá-lo —, o que transformaria o silêncio em confronto e devolveria a Porchat o palco que hoje ele ocupa sem contraponto. Enquanto isso não acontece, o vídeo segue sendo falado por quem já estava disposto a falar dele, e o campo atingido assiste de longe, contando com o fato de que, no jogo do alcance, quem não entra na roda não gira.

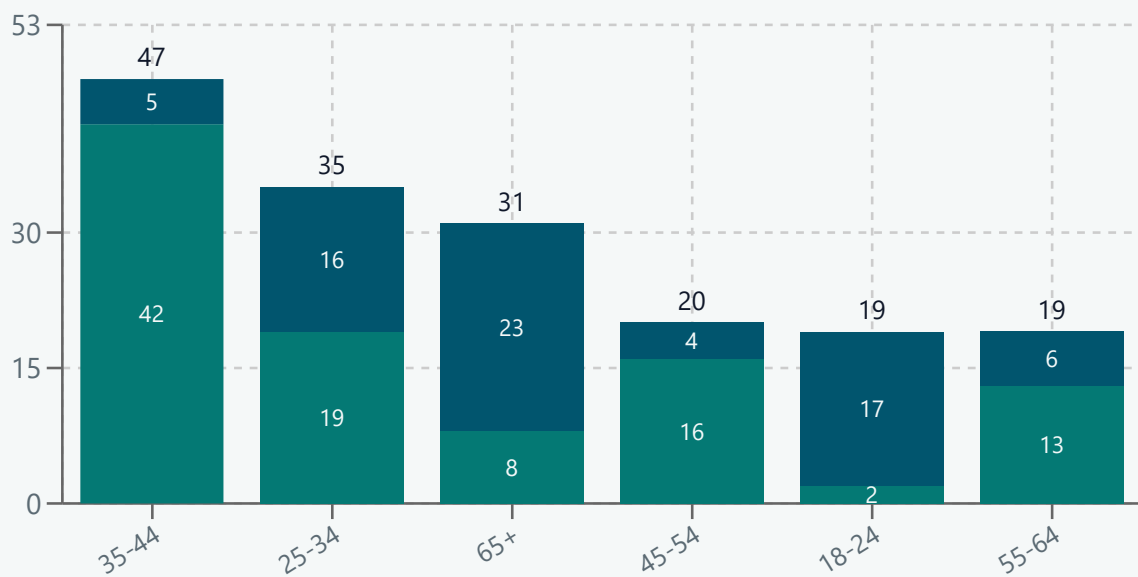
O dinheiro pago também já comprou o caso, mas para outra finalidade. O gasto declarado em anúncios políticos no recorte vai de R\$ 271.600 a R\$ 353.515, e cerca de dois terços desse valor está em anúncios sem financiador declarado — o maior volume de dinheiro é o mais opaco. Os financiadores identificados são, em quase todos os casos, candidatos a deputado estadual e federal, e a metade dos anúncios se concentra na faixa mais baixa de gasto: é pulverização, não campanha.

A entrega se concentra em São Paulo e no Paraná, e a faixa de homens de 35 a 44 anos é a mais contemplada, seguida de perto por homens de 55 a 64 anos. Quem paga para falar do caso não quer explicá-lo; quer cavalgá-lo.

17 · Campanhas Ads · o caso como anúncio pago

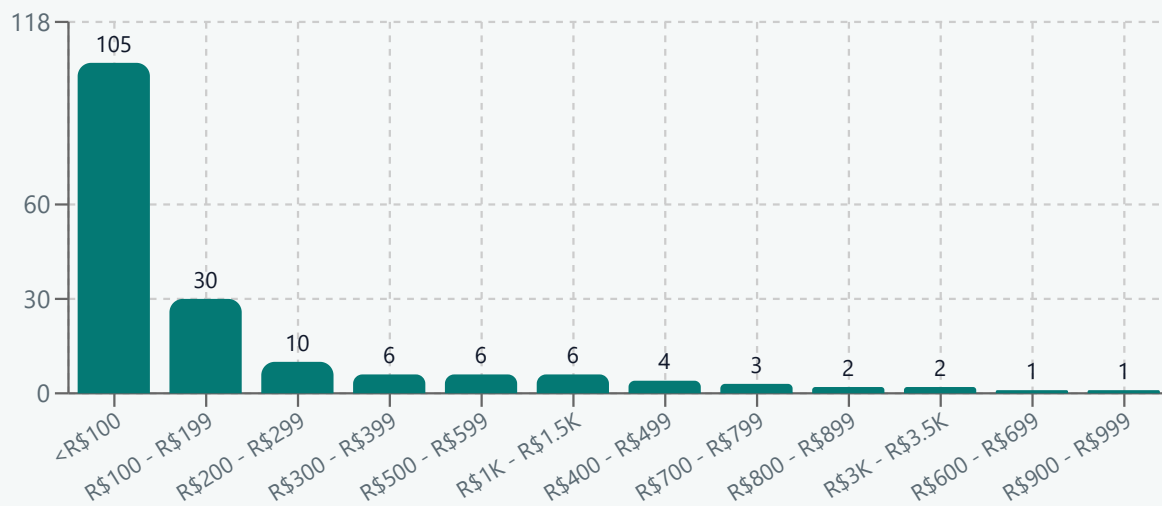
ANÚNCIOS	PÁGINAS	FINANCIADORES	GASTO ESTIMADO	ATIVOS	ESTADOS ALCANÇADOS
180	65	69	R\$ 41.600 – R\$ 64.720	123	29



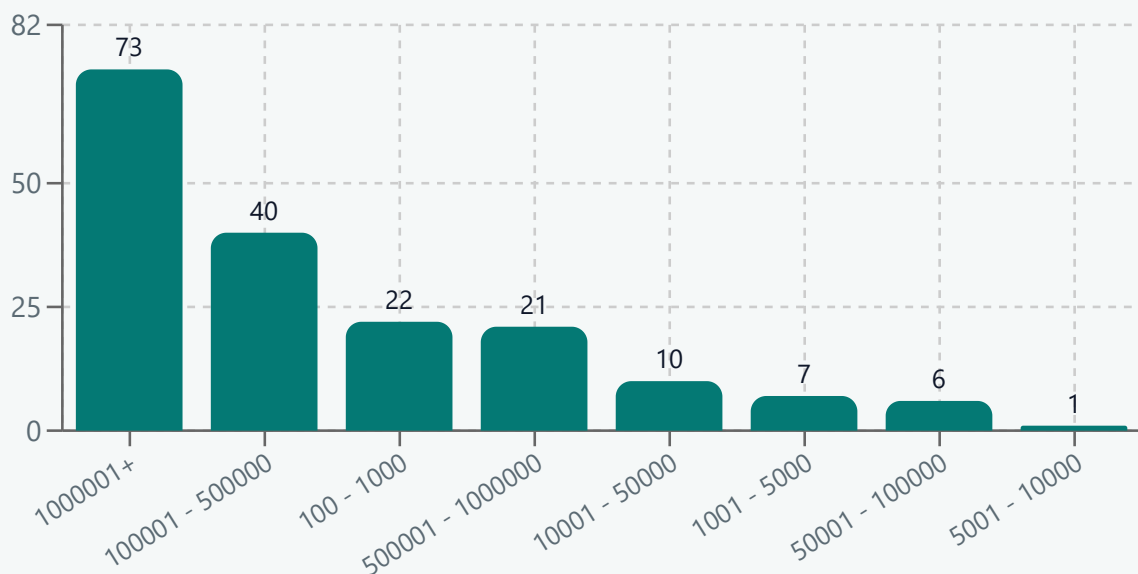


Audiência por idade x gênero (anúncios)

■ Homens ■ Mulheres



Faixas de gasto (R\$)



Audiência estimada por faixa

O dinheiro pago no caso Master não empurra o vídeo de Porchat: empurra a eleição de quem nunca o menciona. Dos 386 anúncios do recorte, 115 páginas e 92 financiadores, o gasto declarado fica entre R\$ 271,6 mil e R\$ 353,5 mil, e o maior financiador isolado é o vazio — 42 anúncios sem financiador declarado, com gasto entre R\$ 187,6 mil e R\$ 227 mil, ou seja, mais da metade do teto de gasto do recorte sai de caixa não identificado. O segundo maior, Alencar Santana, com 32 anúncios, gasta entre R\$ 4,1 mil e R\$ 7,7 mil: um décimo do anônimo.

A conclusão é desconfortável e precisa ser dita sem rodeio: o que se paga para circular neste caso não é a denúncia sobre Vercaro, a Lagoinha e o Banco Master — é a candidatura de deputado federal, estadual e distrital de gente que não aparece em nenhuma peça do vídeo. A abordagem pedida era descobrir quem paga para empurrar ou abafar o caso; a resposta que os anúncios dão é que ninguém está pagando por ele. O caso é orgânico, e o dinheiro está em outro lugar.

Vale olhar para quem esse dinheiro compra. A entrega se concentra em São Paulo, com peso 143,4, e no Paraná, com 70,2 — juntos, mais que o dobro do Distrito Federal, 23,8, e do Rio Grande do Sul, 23,6. Não é geografia do escândalo: é geografia do mandato. O público-alvo é masculino e mais velho, com o pico em 35 a 44 anos entre homens, 74 anúncios, contra 18 entre mulheres na mesma faixa; e a cauda se inverte no topo, com 33 anúncios para mulheres de 65 anos ou mais contra 16 para homens.

A faixa de gasto confirma o porte: 186 anúncios abaixo de R\$ 100, 59 entre R\$ 100 e R\$ 199, e apenas 10 acima de R\$ 1 mil.

FINANCIADOR	ANÚNCIOS	GASTO ESTIMADO
STEFANUS ALEXSSANDRO FRANCA NOGUEIRA	17	R\$ 0 – R\$ 1.683

ELEIÇÕES 2026 PAULO EDUARDO LIMA MARTINS DEPUTADO FEDERAL	17	R\$ 5.100 – R\$ 7.983
ELEIÇÃO 2026 PAULO FERNANDO CURI ESTIMA DEPUTADO ESTADUAL	14	R\$ 0 – R\$ 1.386
ALENCAR SANTANA	8	R\$ 700 – R\$ 1.492
ELEIÇÃO 2026 MARINA AMADEU BATISTA BRAGANTE DEPUTADO ESTADUAL	6	R\$ 600 – R\$ 1.194
FRANCIS CAVALCANTI	5	R\$ 1.500 – R\$ 1.995
FRANKLIN ANDRADE	5	R\$ 0 – R\$ 495
ELEICAO 2026 ADRIANA MIGUEL VENTURA DEPUTADO FEDERAL	4	R\$ 800 – R\$ 1.196
ELEICAO 2026 FABIO PHELIPE GARCIA PAGNOZZI DEPUTADO FEDERAL - 68.236.044/0001-59 - NOVO	4	R\$ 5.600 – R\$ 6.796
ELEIÇÃO 2026 LUIZ PAULO TEIXEIRA FERREIRA DEPUTADO FEDERAL - 68.373.134/0001-91	4	R\$ 900 – R\$ 1.296
PAULO SOARES	4	R\$ 0 – R\$ 396
ELEIÇÃO 2026 ADRIANA MIGUEL VENTURA DEPUTADO FEDERAL	4	R\$ 100 – R\$ 496

É pulverização de campanha miúda, não campanha de pressão. E aqui entra a reverberação por bolha, que é o achado que este gráfico ajuda a explicar: no recorte de 17 a 23 de setembro, a bolha da esquerda tem 345 publicações e 42 citam Porchat; o público não mapeado, 329 publicações e 80 citam Porchat — é quem mais fala do vídeo; o público geral, 153 publicações e 15 citam Porchat; a imprensa, 53 publicações e 19 citam Porchat; e a bolha da direita, 19 publicações, com zero citações a Porchat.

A direita fala do caso Master e não fala do vídeo. Com 19 publicações a base é pequena para cravar intenção, e o que o dado sustenta é o padrão, não a prova: o campo atingido não nomeia a peça, nem para atacá-la. A hipótese a nomear é a de que não responder é a forma de não amplificar — e o que falsearia essa leitura seria justamente o aparecimento de reação nominal da direita ao vídeo, ainda que hostil, ou de gasto pago endereçado ao episódio, que os anúncios não mostram.

O que este gráfico diz, no fim, é que a peça de Porchat não foi comprada por ninguém — nem para circular, nem para sumir. O investimento pago no recorte é de campanha eleitoral miúda, territorializada em São Paulo e no Paraná, dirigida a homens de meia-idade, e financiada em mais da metade por caixa sem nome declarado. Se alguém quisesse abafar o caso com dinheiro, o rastro estaria aqui; não está. O silêncio da direita diante do vídeo, portanto, não se explica por compra de espaço: explica-se por cálculo de não amplificação, e é essa a leitura que os números sustentam.

DE QUEM E DO QUE SE FALA

O alvo principal não tem disputa: Daniel Vercaro concentra 36,0% do engajamento em que pessoas são citadas, e em 95,1% desse volume o tratamento é negativo. Atrás dele vêm Jair Bolsonaro, com 13,8% e 97,9% negativos; Flávio Bolsonaro, 10,9% e 97,5%; Nikolas Ferreira, 10,2% e 95,3%; André Valadão, 5,4% e 97,6%; e Fábio Porchat, com 5,0% e 97,1% negativos. Esse último dado exige cuidado: a valência mede o tom do texto que cita, não o juízo sobre o citado — e o que ele sugere é que Porchat aparece dentro de textos de denúncia, não que esteja sob ataque.

Tarcísio de Freitas surge com 1,2%, quase todo em tom negativo: o contágio já alcançou quem não é protagonista do episódio.



O gráfico mede o clima em torno de cada nome citado no caso: a valência é o sentimento geral do texto, e aqui ela é atribuída por quem publica a quem é citado, nunca o que o citado diz de si.

O que ele mostra é uma economia da reputação em que quase todo mundo entra pelo mesmo lado: Daniel Vercaro concentra 36% de todo o engajamento do recorte e é tratado como negativo em 95,1% do que se escreve sobre ele; Jair Bolsonaro responde por 13,8%, Flávio Bolsonaro por 10,9%, Nikolas Ferreira por 10,2%, André Valadão por 5,4% e Fábio Porchat por 5,1% — e, entre os seis, a valência negativa vai de 95,3% a 97,9%.

Não há um só nome de peso no caso que seja citado com prestígio: o gráfico não distribui culpa entre lados, distribui desgaste.

O detalhe que importa é a assimetria interna de Vercaro: 95,1% do que se diz dele é negativo, mas os 2,8% de textos neutros e os 2,1% de positivos carregam 32,9% e 36,9% do engajamento da própria barra — ou seja, a fatia que o defende ou apenas relata é pequena em número e desproporcional em circulação. É o retrato de um nome que virou personagem central e cuja defesa, quando aparece, rende mais que a acusação.

Já Nikolas Ferreira tem 95,3% de negativo e uma cauda neutra e positiva que também pesa; Flávio Bolsonaro, 97,5% de negativo, quase sem margem. Porchat, o autor da peça que abriu o caso, é citado com 97,1% de negativo — o que sugere que o vídeo o arrastou para dentro do escândalo em vez de blindá-lo como denunciante.

A leitura política é a de que o gráfico confirma o achado central do painel: a bolha da direita fala do caso Master e não nomeia o vídeo, e aqui se vê por quê — os nomes que ela teria de defender (Bolsonaro, Flávio, Nikolas, Valadão) aparecem todos com valência negativa acima de 95%, e o único jeito de não amplificar é não citar. O que falsearia essa leitura seria a valência positiva ou neutra ganhar tração sobre esses nomes nas próximas medições, ou a direita passar a citar Porchat para atacá-lo — o que transformaria silêncio em confronto.

Enquanto isso não acontece, o gráfico diz que o caso não tem herói: tem uma lista de citados em que todos entram pelo mesmo lado, e um público que, ao engajar, escolhe justamente as fatias minoritárias de defesa para fazer circular.

Nas instituições, a Igreja Batista da Lagoinha é o alvo mais pesado, com 32,4% do engajamento e 95,2% de tratamento negativo — mas é também a única instituição com um bloco relevante de defesa: 44,1% dos textos que a citam em tom positivo estão nela, e ela responde por 59,5% das menções em relato. A Polícia Federal vem em seguida, com 24,6%; o Congresso Nacional, 10,5%; a Justiça Eleitoral, 9,9%.

O Supremo aparece com 2,3% do engajamento em instituições, mas com 100% de tratamento negativo — pouco volume, nenhuma trégua. E o Banco Central entra com 3,7%, resultado direto das mensagens em que Vorcaro dizia atuar para manter o comando da autarquia.



O gráfico mede o tratamento dado às instituições citadas no caso Master, cruzando cada instituição com a valência dos textos que a mencionam e pesando pelo engajamento que esses textos geraram. O que ele revela é uma geografia do descrédito: a Igreja Batista da Lagoinha concentra 32,6% de todo o engajamento

do recorte e 95,2% do que se diz dela é negativo; a Polícia Federal vem logo atrás, com 24,5% do engajamento e 99,2% de valência negativa. Não é a reprovação de uma instituição que o gráfico desenha — é a reprovação de quase todas ao mesmo tempo, e é isso que define o caso.

Vale dizer o que esses números significam em concreto. A Lagoinha não aparece como vítima de um escândalo alheio: ela é o polo religioso do enredo, o casamento de André Valadão com Vorcaro na primeira fila, o pedido de 24 milhões de dólares de Flávio Bolsonaro ao dono do Master. A Polícia Federal, por sua vez, não é atacada por ter errado — é citada como quem apreendeu o celular, extraiu os áudios, montou o acervo de arapongagens. A valência negativa em torno dela é o negativo do caso, não o negativo contra ela.

Já o Congresso Nacional (10,5% do engajamento, 94,2% negativo), a Justiça Eleitoral (10,0%, 98,4% negativo) e o Banco Central (3,5%, 93,3% negativo) entram como instituições sob suspeita de cumplicidade ou de omissão — o BC pela conversa de Vorcaro sobre manter Otto Lobo na presidência da CVM, a Justiça Eleitoral pela denúncia contra Nikolas Ferreira por laudo fraudado, o Congresso pelo conjunto da obra.

A composição responde à pergunta da abordagem: o caso é lido como escândalo de corrupção com ramificação institucional múltipla, não como crime financeiro estrito nem como escândalo religioso isolado. A Lagoinha lidera o engajamento porque é o elo que torna a história legível para o público — banco, igreja e parlamento na mesma frase. Mas o que o gráfico mostra é que a reprovação não se distribui por especialidade: ela banha o financeiro (BC), o religioso (Lagoinha), o legislativo (Congresso, Senado), o judiciário (Justiça Eleitoral, STF) e o executivo (Presidência).

Quando 86% dos textos do recorte são negativos e a desconfiança institucional alcança 86%, o gráfico das instituições é a face visível de um mesmo movimento: o caso não pede a reforma de uma instituição, pede a auditoria de todas.

Há um detalhe que merece atenção. As instituições com valência positiva são residuais e vêm quase sempre de textos de apoio — o que confirma o quadro: o apoio existe, mas não tem instituição para chamar de sua. Onde ele aparece, é para defender a Lagoinha (44,1% dos textos positivos sobre ela) ou o Congresso (30,0%), nunca para absolver o Banco Central, a Polícia Federal ou a Justiça Eleitoral, cujas fatias positivas são marginais.

A leitura que se impõe é a de que o campo atingido não tem onde se ancorar institucionalmente: as instituições que poderiam servir de escudo aparecem todas com valência negativa acima de 90%, e as poucas que escapam — Câmara dos Deputados, Senado, Republicanos — o fazem com engajamento irrisório, sem força para mudar o tom do debate.

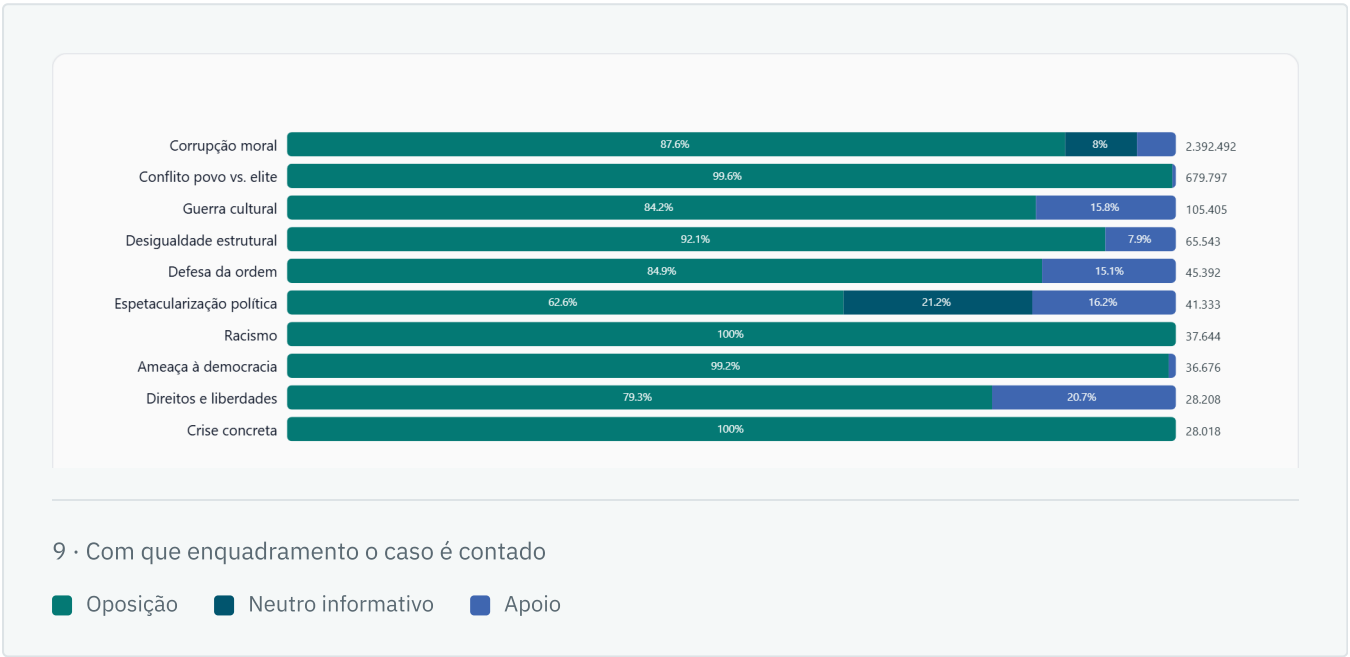
Isso dialoga diretamente com o achado da reverberação por bolha. Se a direita fala do caso Master e não nomeia o vídeo de Porchat, o gráfico mostra por quê: não há instituição no campo bolsonarista que possa ser invocada como protetora sem arrastar consigo a valência negativa que já a cobre. A Lagoinha, que seria o abrigo natural do eleitor evangélico, é justamente a instituição mais engajada e mais negativamente tratada do recorte — 95,2% do que se diz dela é negativo. Defender a igreja é entrar no enredo; atacar o vídeo é amplificá-lo.

O silêncio da bolha da direita sobre Porchat, portanto, não é apenas cálculo de não amplificar: é ausência de trincheira. O que falsearia essa leitura seria o aparecimento de uma instituição com valência positiva relevante e engajamento expressivo no campo atingido — um órgão, um partido, uma igreja que servisse de

contraponto e fosse citada com aprovação. O gráfico não mostra nenhuma. A composição institucional do caso é, ela mesma, o retrato de um campo sem onde se proteger.

COMO SE FALA

A gramática do caso é uma só. Corrupção moral responde por 60,5% do engajamento em enquadramentos específicos, e em 88,9% desse volume o texto se opõe ao que denuncia; conflito entre o povo e a elite vem longe, com 10,9%; incompetência estatal, 5,8%; guerra cultural, 4,1%; ameaça à democracia, 2,5%. Nos enquadramentos genéricos, o episódico (35%) e a atribuição de responsabilidade (33%) dominam: conta-se o caso e aponta-se o culpado, sem remontar a estrutura que o produziu.



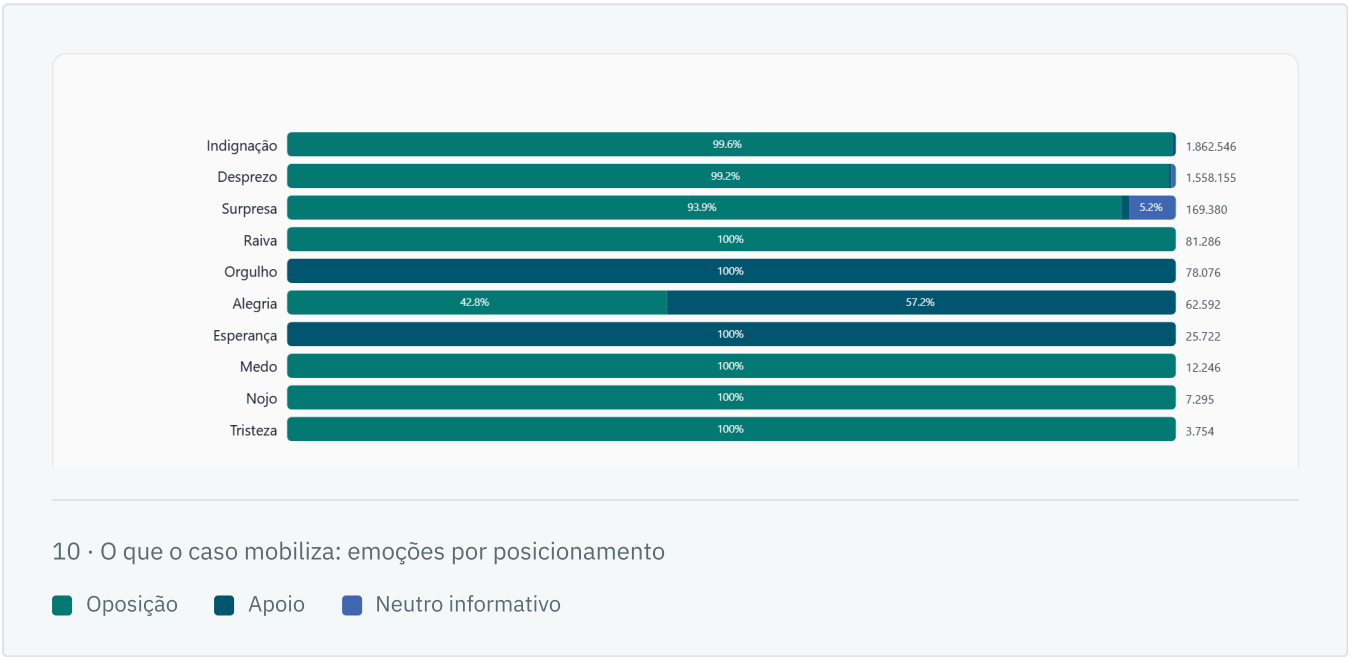
O enquadramento deste caso é um só, e ele é moral: a corrupção moral responde por 60,5% de todo o engajamento do recorte e por 88,9% do engajamento da oposição, enquanto o conflito povo contra elite fica em 10,9% e a incompetência estatal em 5,8%. Enquadramento, aqui, é o modo como o texto organiza o assunto — e o que os números dizem é que o caso Master não está sendo lido como falha de gestão, de regulação ou de política pública, mas como podridão de caráter.

A prova está na assimetria: a oposição concentra 98,1% do engajamento em incompetência estatal e 97,2% em conflito povo contra elite, mas o apoio, quando aparece, também se abriga na corrupção moral, com 70,3% do seu próprio engajamento ali. Não há contra-enquadramento. Há um só tribunal, e todos comparecem a ele.

Vale dizer o que isso significa em concreto. A fundação moral do cuidado aparece violada em 81% dos textos, a da santidade em 99%, a da autoridade em 94% e a da lealdade em 86% — ou seja, o vídeo de Porchat não acusa má gestão, acusa profanação: o banqueiro no altar, o pastor no púlpito, o deputado no jatinho. É por isso que a guerra cultural, com 4,1% do engajamento, e a ameaça à democracia, com 2,5%, ficam tão atrás: o caso não está sendo contado como disputa ideológica nem como risco institucional, mas como escândalo de pureza.

E aí entra o achado que este gráfico ajuda a explicar: se o enquadramento vencedor é o moral, quem não quer amplificá-lo não tem contra-frame pronto — e o silêncio da bolha da direita sobre o vídeo, com zero citações a Porchat, deixa de ser apenas cálculo e passa a ser a única saída disponível. O que falsearia essa leitura seria a direita adotar o mesmo enquadramento moral para virar a acusação contra o outro lado; enquanto não o faz, o caso segue sendo dano eleitoral de mão única.

O motor afetivo é a indignação, com 53,3% do engajamento em emoções e 99,3% dela no campo de oposição. O desprezo vem em segundo, com 31,5% e 99,2% também na oposição — e essa combinação não é detalhe: indignação com desprezo é a assinatura do escândalo moral, que pede punição antes de pedir reforma. Surpresa, 5,8%; raiva, 3,1%. Do outro lado, orgulho (1,4%) e esperança (0,8%) existem, e são quase integralmente de quem apoia a denúncia: a emoção positiva é o combustível de quem quer que o vídeo circule.



A indignação é o motor da denúncia, e o gráfico o prova com uma clareza quase brutal: entre quem se opõe ao caso, a indignação responde por 56% do engajamento e o desprezo por 33% — juntos, 89% de toda a exposição que a oposição gera. Não é um debate que se move pela dúvida ou pela esperança; é um debate que se move pela revolta e pelo escárnio.

A surpresa (6%) e a raiva (3%) completam o quadro de quem ataca, enquanto o medo mal aparece (0,5%): ninguém aqui teme o caso Master, todos o denunciam. E o dado que fecha a tese: o apoio, quando existe, não fala a língua da denúncia — fala a língua da bandeira.

Entre os textos de apoio, o orgulho responde por 44% do engajamento e a esperança por 27%, com a alegria em 21%; a indignação, ali, é residual (3%). Ou por outra: os dois campos não disputam os mesmos fatos, disputam afetos distintos — a oposição constrói a denúncia pela revolta, o apoio constrói a identidade pelo orgulho. É a assinatura afetiva de cada postura, e ela diz menos sobre o caso do que sobre os campos que o leem.

Vale dizer o que isso significa para a reverberação por bolha. Se a direita fala do caso Master e não nomeia o vídeo de Porchat, o padrão que este gráfico ilumina é o do silêncio calculado: o campo atingido não produz a indignação que alimentaria a denúncia, nem o orgulho que a converteria em bandeira — simplesmente não entra na disputa afetiva. A oposição, ao contrário, tem combustível de sobra: indignação e desprezo concentram quase nove décimos do seu engajamento, e é esse arsenal que faz o caso circular.

O que falsearia essa leitura seria a direita aparecer com indignação ou orgulho significativos sobre o vídeo — o que o gráfico não mostra. Enquanto isso, o relato neutro é quase inaudível: a surpresa responde por 59% do engajamento dos textos informativos, mas a indignação e o desprezo somam menos de um terço disso. O caso não é debatido; é sentido. E quem não sente, não amplifica.

Quem ocupa o topo da circulação é a própria série. As duas publicações mais engajadas do recorte são do Revelando Brasil, com 478.426 e 440.339 de engajamento e 4,9 milhões e 5,0 milhões de alcance, e trazem o mesmo parágrafo de abertura: "O que une uma das maiores igrejas do país ao maior escândalo bancário da história recente? Um casamento de luxo. André Valadão no altar. Daniel Vorcaro na primeira fila". A terceira é do mesmo perfil, já sob o efeito da remoção: "A Meta tentou censurar o Revelando, sem justificativa, mas ainda estamos aqui!".

Na quarta posição, um político, Mauricio do Vôlei, com "Olha o que a Globo Divulgou, Moraes no Jatinho do VORCARO!" — a prova de que o material vazado foi reciclado por outro campo, com outro alvo. E um usuário comum, Lara, com 49.417 de engajamento, resume o que o vídeo produziu de mais raro na política brasileira: "Vamos precisar agradecer o Porchat para o resto da vida por esse vídeo e pela coragem".

5 • As publicações sobre o caso que mais circularam

O que este gráfico mostra é uma anomalia de exposição: um único perfil, sem vínculo institucional declarado, concentra mais da metade de todo o engajamento entre as publicações que mais circularam sobre o caso — 27,6% na primeira posição e 25,6% na segunda, ambas do Revelando Brasil, o que soma 53,2% da exposição do topo. É o vídeo, não a denúncia jornalística nem a defesa dos citados, que puxa a audiência: as duas publicações de maior alcance (4.884.989 e 5.043.187 visualizações) são o mesmo conteúdo sobre o casamento de luxo, André Valadão no altar e Vorcaro na primeira fila, com o pedido de 24 milhões de dólares de Flávio Bolsonaro.

A terceira posição, também do Revelando, desloca o eixo: 9,2% do engajamento e 804.764 visualizações vão para a remoção do perfil pela Meta, ou seja, a censura passa a competir com a denúncia dentro da própria série que a produziu. Da quarta posição para baixo, a curva desaba — de 3,4% a 1,6% — e o que resta são reações políticas ao material (Mauricio do Vôlei, Claudio Dantas, Deltan Dallagnol, Paulo Bilynskyj) e a defesa de quem foi citado, com a imprensa entrando tarde e com menos tração (VEJA em 2,1%, CartaCapital em 1,9%).

A leitura moral confirma o diagnóstico: 86% do recorte é negativo, 60% indignação e 68% corrupção moral, com a fundação moral de santidade/degradação no polo do vício em 99% dos textos — a denúncia não é lida como falha institucional, é lida como profanação. E aqui o dado da reverberação por bolha fecha o argumento: a esquerda cita Porchat em 42 publicações, o público não mapeado em 80, a imprensa em 19, e a direita em zero. O campo atingido não nomeia a peça, nem para atacá-la — o que sustenta a hipótese de que não responder é a forma de não amplificar, e não de desconhecer.

O que falsearia essa leitura seria a direita passar a citar o vídeo para desqualificá-lo, ou o silêncio se romper com um contra-vídeo de mesmo alcance; enquanto isso não ocorre, o que viralizou foi o vídeo e, em segundo lugar, a tentativa de removê-lo — a denúncia jornalística e a defesa dos citados ficaram na cauda.

Ordenadas por interações no recorte do quadro.

#	PUBLICAÇÃO	INTERAÇÕES ▼	ALCANCE
1	O que une uma das maiores igrejas do país ao maior escândalo bancário da história recente? Um casamento de luxo. André Valadão no altar. Daniel Vorcáro na primeira fila. Um pedido de 24 milhões de dólares de Flávio... Revelando Brasil · Usuário genérico · Instagram · 2026-09-21 CASO MASTER: O VÍDEO DO PORCHAT, VORCARO E A LAGOINHA · NEGATIVO · INDIGNAÇÃO · DESPREZO	478.426	4.884.989
2	O que une uma das maiores igrejas do país ao maior escândalo bancário da história recente? Um casamento de luxo. André Valadão no altar. Daniel Vorcáro na primeira fila. Um pedido de 24 milhões de dólares de Flávio... Revelando Brasil · Usuário genérico · Instagram · 2026-09-22 CASO MASTER: O VÍDEO DO PORCHAT, VORCARO E A LAGOINHA · NEGATIVO · INDIGNAÇÃO · DESPREZO	440.339	5.043.187
3	A Meta tentou censurar o Revelando, sem justificativa, mas ainda estamos aqui! Nesta quarta (23), recebemos a notícia que a Meta tirou do ar o perfil do Revelando, um dia depois da publicação do episódio "Grandes Igrejas,... Revelando Brasil · Usuário genérico · Instagram · 2026-09-23 CASO MASTER: O VÍDEO DO PORCHAT, VORCARO E A LAGOINHA · NEGATIVO · INDIGNAÇÃO	159.217	804.764
4	Olha o que a Globo Divulgou, Moraes no Jatinho do VORCARO! #alexandredemoraes #moraes #alexandredemoraiséumavergonha #brasil #politicabrasil Mauricio do Vôlei 🏐 · Político · Instagram · 2026-09-20 CASO MASTER: O VÍDEO DO PORCHAT, VORCARO E A LAGOINHA · NEGATIVO · DESPREZO · INDIGNAÇÃO	57.901	809.308
5	Esse jato é a evidência da sociedade de Moraes com Vorcáro. A cota do ativo foi transferida no contrato simulado de R\$ 50 milhões. Questionado sobre o risco reputacional de ter um ministro do STF em seu avião, Vorcár... Claudio Dantas · Influenciador · Twitter/X · 2026-09-20 CASO MASTER: O VÍDEO DO PORCHAT, VORCARO E A LAGOINHA · NEGATIVO · INDIGNAÇÃO · DESPREZO	49.531	339.551

#	PUBLICAÇÃO	INTERAÇÕES	ALCANCE
6	Vamos precisar agradecer o Porchat para o resto da vida por esse vídeo e pela coragem. Lara · Usuário genérico · Twitter/X · 2026-09-22 CASO MASTER: O VÍDEO DO PORCHAT, VORCARO E A LAGOINHA · POSITIVO · ORGULHO	49.417	390.750
7	RT @GuedinhoeFans: Porchat não fez um documentário. Fez uma denúncia minuciosa e detalhada. E você não pode deixar de assistir a esse vídeo... aureacarolinax 5 0 0 · Político · Twitter/X · 2026-09-22 CASO MASTER: O VÍDEO DO PORCHAT, VORCARO E A LAGOINHA · POSITIVO	44.328	198.948
8	🔥 TODOS DEVEM ESPALHAR A BOMBA DO DIA: O humorista @FabioPorchat (e não os jornalistas da @GloboNews e do @Metropoles) mostrou que AS IGREJA\$ LAGOINHA\$ DO PA\$TOR ANDRÉ VALADÃO... PESQUISAS E ANÁLISES ELEIÇÕES · Influenciador · Twitter/X · 2026-09-22 CASO MASTER: O VÍDEO DO PORCHAT, VORCARO E A LAGOINHA · NEGATIVO · INDIGNAÇÃO · DESPREZO	44.038	191.479
9	Me incomoda que haja uma tendência a tratar do caso banco master com ares de fofoca divertida. Existe uma dimensão dessa tragédia do setor financeiro que não pode desaparecer da discussão sobre ele. Porchat, me... emicida · Artista / cultura · Twitter/X · 2026-09-22 CASO MASTER: O VÍDEO DO PORCHAT, VORCARO E A LAGOINHA · NEGATIVO · INDIGNAÇÃO · RAIVA	37.429	361.864
10	Moraes vira relator de pedido que envolve a própria esposa dele e Vorcaro https://t.co/GgHc0Xw5kx VEJA · Mídia jornalística · Twitter/X · 2026-09-21 CASO MASTER: O VÍDEO DO PORCHAT, VORCARO E A LAGOINHA · NEGATIVO	36.525	1.428.614
11	🤖 O ministro que relatou minha cassação agora aparece nas mensagens de Vorcaro! Em 2023, Benedito Gonçalves foi o relator, no TSE, do processo que terminou com a cassação do meu mandato. Agora, o nome dele surge... Deltan Dallagnol · Político · Instagram · 2026-09-19 CASO MASTER: O VÍDEO DO PORCHAT, VORCARO E A LAGOINHA · NEGATIVO · INDIGNAÇÃO · DESPREZO	35.316	266.150
12	se eu mostrasse essa conversa vcs diriam que é entre 2 adolescentes que webnamoram e acabaram de terminar pelo discord ou que é entre o daniel vorcaro e a martha depois dele descobrir que ela tinha ficado com outro... cl ୧୧ · Possível bot · Twitter/X · 2026-09-21 CASO MASTER: O VÍDEO DO PORCHAT, VORCARO E A LAGOINHA · NEGATIVO · DESPREZO	34.909	1.127.381

#	PUBLICAÇÃO	INTERAÇÕES	ALCANCE
13	Se você ainda pensa que pobres não deveriam ter filhos ou teve curiosidade de descobrir mais sobre esse momento da nossa história que é muito mais atual do que a gente imagina, assista ao episódio do @revelando.brasil,... Camilla Apresentação · Influenciador · Instagram · 2026-09-20 CASO MASTER: O VÍDEO DO PORCHAT, VORCARO E A LAGOINHA · NEGATIVO · INDIGNAÇÃO	34.614	387.619
14	 SENTIRAM FORTE: O VÍDEO DE PORCHAT ATINGIU O NÚCLEO DE FLÁVIO! Notícia fresquinha: segundo informações que circulam no núcleo duro da campanha de Flávio Bolsonaro, a equipe estaria analisando entrar... Paulo de Carvalho · Influenciador · Twitter/X · 2026-09-22 CASO MASTER: O VÍDEO DO PORCHAT, VORCARO E A LAGOINHA · NEGATIVO · SURPRESA	34.382	306.458
15	Mensagens apreendidas pela Polícia Federal no âmbito da investigação sobre o Banco Master mostram que Flávio Bolsonaro (PL) e Neymar da Silva Santos, pai do jogador do Santos, Neymar Jr., pressionavam pela liberaçã... CartaCapital · Mídia jornalística · Instagram · 2026-09-21 CASO MASTER: O VÍDEO DO PORCHAT, VORCARO E A LAGOINHA · NEGATIVO	33.029	0
16	Rapaz, o vídeo do Porchat desmascarando a Igreja da Lagoinha, o André VaiLadrão, o Nikolas e a direita Vorcarista tá furando muitas bolhas e com milhões de visualizações, aqui e no Instagram. SENSACIONAL! Um vídeo... Dudu Guimarães · Influenciador · Twitter/X · 2026-09-22 CASO MASTER: O VÍDEO DO PORCHAT, VORCARO E A LAGOINHA · POSITIVO · ALEGRIA · DESPREZO	32.245	157.067
17	 Metrôpoles vaza momento em festa de luxo de Vorcaro em Londres Aparecem no vídeo: - Daniel Vorcaro - Andrei Rodrigues - Ricardo Lewandowski - Fábio Faria - Ciro Nogueira - William Murad... Henrique Esteter · Influenciador · Twitter/X · 2026-09-20 CASO MASTER: O VÍDEO DO PORCHAT, VORCARO E A LAGOINHA · NEGATIVO	31.947	1.101.688
18	Moraes disse que "jamais viajou em nenhum avião de Daniel Vorcaro". Negou contratos. Negou as trocas de mensagens. As imagens são de 2025 e agora vieram a público. Diante de tantas questões ainda sem... Carol De Toni · Político · Instagram · 2026-09-20 CASO MASTER: O VÍDEO DO PORCHAT, VORCARO E A LAGOINHA · NEGATIVO · INDIGNAÇÃO	30.975	269.815

#	PUBLICAÇÃO	INTERAÇÕES	ALCANCE
19	MORAES MENTIU! Disse que nunca tinha usado jatinho do Vorcaro, e agora? Vai dizer que é IA? Se ele mentiu sobre usar o jatinho mentiu sobre TUDO! Paulo Bilynskyj · Político · Instagram · 2026-09-20 CASO MASTER: O VÍDEO DO PORCHAT, VORCARO E A LAGOINHA · NEGATIVO · INDIGNAÇÃO · DESPREZO	30.684	219.936
20	Fabio Porchat teve que fazer um vídeo de TRINTA MINUTOS pra detalhar todo o esquema de Daniel Vorcaro e toda a sua rede de influência envolvendo Flávio Bolsonaro, Nikolas Ferreira, o pastor André Valadão, a... Sérgio Santos · Político · Twitter/X · 2026-09-22 CASO MASTER: O VÍDEO DO PORCHAT, VORCARO E A LAGOINHA · NEGATIVO · INDIGNAÇÃO · DESPREZO	28.087	163.290

PUBLICAÇÃO 1

REVELANDO BRASIL · USUÁRIO GENÉRICO · INSTAGRAM · 2026-09-21

O que une uma das maiores igrejas do país ao maior escândalo bancário da história recente? Um casamento de luxo. André Valadão no altar. Daniel Vorcaro na primeira fila. Um pedido de 24 milhões de dólares de Flávio Bolsonaro ao dono do Banco Master. Tudo isso e muito mais no novo episódio Revelando: Grandes Igrejas, Master Negócios com Fábio Porchat, que mostra os laços entre a Igreja da Lagoín

478.426 interações · alcance 4.884.989 · Negativo

[ABRIR PUBLICAÇÃO](#)

PUBLICAÇÃO 3

REVELANDO BRASIL · USUÁRIO GENÉRICO · INSTAGRAM · 2026-09-23

A Meta tentou censurar o Revelando, sem justificativa, mas ainda estamos aqui! Nesta quarta (23), recebemos a notícia que a Meta tirou do ar o perfil do Revelando, um dia depois da publicação do episódio "Grandes Igrejas, Master Negócios", sobre as relações entre Daniel Vercaro no Banco Master, André Valadão e Fabiano Zettel na Igreja Batista da Lagoinha e nomes da política brasileira, como Flávi

159.217 interações · alcance 804.764 · Negativo

[ABRIR PUBLICAÇÃO](#)

PUBLICAÇÃO 6

LARA · USUÁRIO GENÉRICO · TWITTER/X · 2026-09-22

Vamos precisar agradecer o Porchat para o resto da vida por esse vídeo e pela coragem.

49.417 interações · alcance 390.750 · Positivo

[ABRIR PUBLICAÇÃO](#)

VALORES E MORAL

Pelas fundações morais — a Teoria das Fundações Morais, que mede o juízo moral que o texto aciona, em polo virtuoso ou de violação —, o caso é julgado por uma via específica. O vício da degradação aparece em 98% dos textos; o vício da subversão, em 94%; o vício da traição, em 83%; o vício da opressão, em 81%; o dano, em 58%. Não é um debate sobre desigualdade ou sobre cuidado com os prejudicados: é um debate sobre impureza, traição e desrespeito à ordem.

A leitura dos valores de Schwartz confirma o tom: autotranscendência em 61% — indignação com o sofrimento coletivo, mas sem vocabulário de classe — e autopromoção em 15%. E o Quadrante de Kahan, que organiza visões de mundo entre hierarquia e igualdade, de um lado, e individualismo e comunitarismo, de outro, situa 81% dos textos no igualitário-comunitarista: um público que desconfia de quem concentra poder privado.



12 · Fundações morais acionadas pelo tom do texto

■ Degradação ■ Pureza

O gráfico mede uma coisa só, e mede com uma nitidez rara: quando o Caso Master é enquadrado pela degradação — a fundação moral da pureza em seu polo de vício, que é o nojo do que se mistura e se contamina —, o tom do texto é negativo em praticamente 100% dos casos. Não há meio-termo, não há nuance, não há leitura piedosa: a acusação que junta dinheiro e igreja no mesmo parágrafo não admite absolvição. E aqui a abordagem pedida se confirma com força de sentença: é a pureza que carrega a acusação, não a lealdade.

O que fere não é a traição a um grupo — é a contaminação de um espaço sagrado pelo dinheiro sujo, o banqueiro na primeira fila do casamento de André Valadão, a Igreja Batista da Lagoinha citada em 22% das menções institucionais ao lado da Polícia Federal. Por isso o caso fere mais um público do que outro: quem se ofende com a profanação não se ofende com a aliança política, e quem se ofende com a aliança não necessariamente se ofende com a profanação.

Vale dizer o que isso implica para a reverberação por bolha. A direita, que tem 19 publicações no recorte e zero citando Porchat, não responde à peça — e o dado deste gráfico sugere por quê: se o vídeo aciona a pureza, responder é entrar no terreno onde a acusação é mais letal, porque não se defende do nojo com argumento, defende-se com silêncio. A esquerda e o público não mapeado, que juntos concentram a maior parte das citações a Porchat, falam do vídeo porque a fundação acionada é a deles — a contaminação do sagrado pelo dinheiro é uma acusação que a esquerda pode fazer sem se queimar.

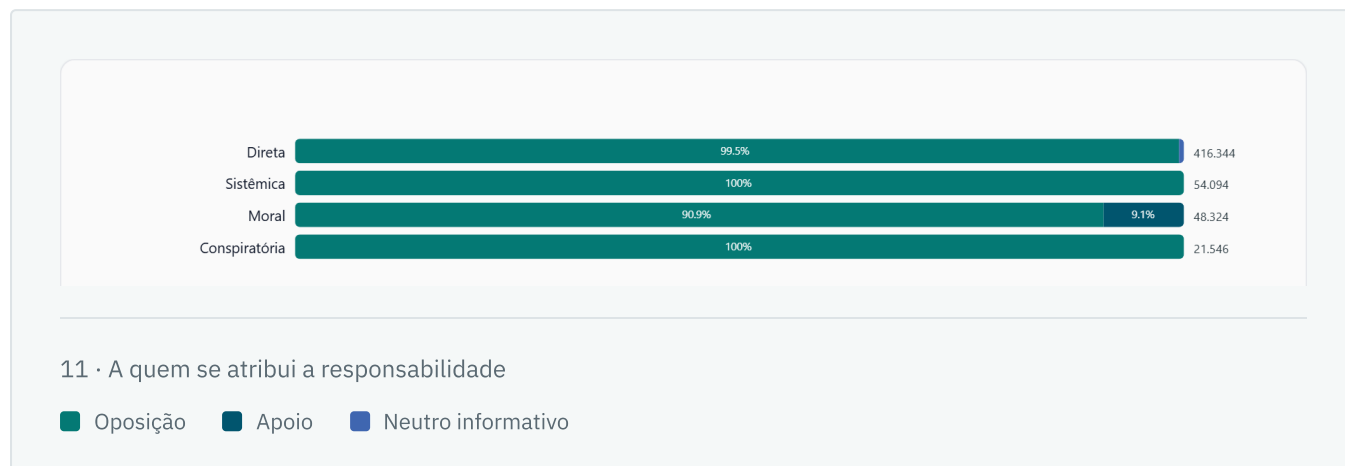
O que falsearia essa leitura: se aparecessem textos de direita citando Porchat para atacá-lo, ou se a pureza aparecesse em polo virtuoso nos textos de apoio, o padrão cairia. Não caiu.

Nos valores republicanos, a prestação de contas responde por 50%, a transparência por 26% e a separação entre o público e o privado por 18%. A impessoalidade da lei aparece com 3%, o bem comum com 1%, o combate ao patrimonialismo com 1%, a participação cívica com 1%. Ou seja: o caso é cobrado pela régua da responsabilização e da transparência, mas não produz exigência de reforma das regras nem convocação de participação — pede-se que alguém pague, não que algo mude.

PAPÉIS E ATRIBUTOS

A atribuição de causa é direta, e direta em 97,3% dos textos de oposição: a culpa é de pessoas, não de sistemas (moral, 5,8%; conspiratória, 5,4%; sistêmica, 3,2%). Isso combina com o MAPAM, o Modelo de Análise de Papéis Actancial-Morais, que mede o papel que o autor atribui a quem cita: o agressor aparece em 56% e a vítima em 37%, enquanto protetor (4%), reparador (3%) e estrutura (1%) são residuais.

Traduzindo: o debate tem vilões e tem quem sofreu, mas quase não tem quem deva consertar nem a engrenagem que produziu o dano. A ausência do papel de reparador é a lacuna mais grave do painel — é o espaço vazio onde deveria estar a política pública, o órgão regulador, a resposta institucional.



A quase totalidade da exposição sobre o caso Master — 83,1% de todas as interações do recorte — carrega um diagnóstico de causa direta, aquele em que o texto aponta pessoas concretas como responsáveis, e não forças impessoais. E esse diagnóstico é praticamente monopólio de quem se opõe ao que o caso revela: 97,3% do engajamento da causa direta vem de publicações de oposição, contra 1,6% de relato neutro e 1,1% de apoio. A causa moral, que transforma o episódio em questão de caráter, responde por 5,8%; a conspiratória, que enxerga articulação oculta, por 5,4%; e a sistêmica, que dilui a culpa no funcionamento das instituições, por apenas 3,3%.

Ou por outra: neste debate, ninguém se esconde atrás do sistema. A denúncia tem nome, endereço e rosto — e o rosto é o de Daniel Vorcaro, citado em 55% das publicações, seguido de Jair Bolsonaro (14%), Flávio Bolsonaro e Nikolas Ferreira (10% cada).

O dado que salta é a assimetria entre os campos. A oposição concentra 85,2% do engajamento da causa direta e ainda assim é ela que produz as leituras alternativas: 6% da causa moral e 5,5% da conspiratória saem do mesmo campo, o que sugere um esforço de amplificação — não basta apontar o culpado, é preciso insinuar o conluio. O apoio, quando aparece, é residual e quase todo em causa direta (88,8% do seu próprio engajamento), como quem defende alguém nominalmente. Vale dizer: a distribuição das causalidades não separa esquerda de direita por diagnóstico, separa por intensidade. Quem quer que o caso doa é quem mais aponta dedos.

A abordagem analítica pedida ilumina exatamente esse ponto. A causa direta responsabiliza pessoas, a sistêmica dilui no sistema, a moral transforma o caso em questão de caráter — e cada uma serve a um lado. Aqui, a direita atingida não usa a sistêmica para se proteger: ela simplesmente não fala. A reverberação por bolha confirma o padrão: no recorte de 17 a 23 de setembro, a bolha da direita registra 19 publicações sobre o caso e nenhuma delas cita Fábio Porchat ou o vídeo.

A esquerda cita em 42 de 345; o público não mapeado, em 80 de 329 — é quem mais fala do vídeo; a imprensa, em 19 de 53.

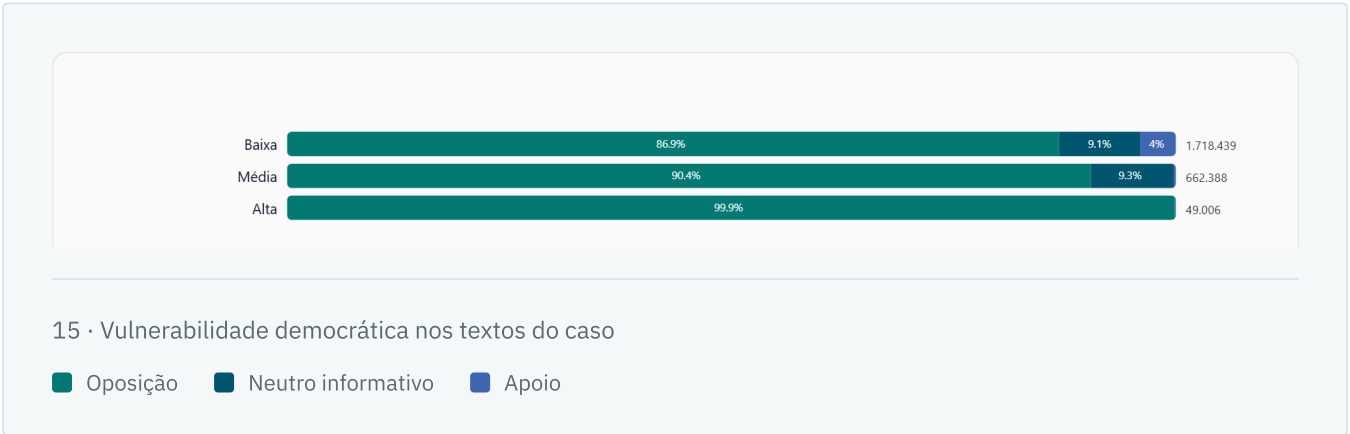
O campo atingido não nomeia a peça, nem para atacá-la. A hipótese mais econômica é que não responder é a forma de não amplificar. O que falsearia essa leitura: se, nas próximas medições, a direita passasse a citar o vídeo para rebatê-lo, ou se o silêncio se mantivesse mesmo com o assunto crescendo nos outros campos — aí não seria cálculo, seria desinteresse real.

O que o gráfico mostra, no fim, é que a disputa sobre a responsabilidade está resolvida antes de começar: 85% das causalidades atribuídas são diretas, e a oposição domina 97,3% do engajamento dessa leitura. Não há disputa sobre quem causou — há disputa sobre quem será atingido. E a bolha que deveria se defender escolheu o silêncio como resposta, deixando que a denúncia corra sozinha, sem adversário que a nomeie.

O CCFE, modelo que mede de -3 a +3 a confiança, a coragem e a força atribuídas a um ator — e no qual a esperança emerge quando as três são positivas —, fica em estado neutro em 92% dos textos, com simpatia em 5% e esperança em 2%. Não há herói no caso. Há réus.

QUALIDADE DO DEBATE

A vulnerabilidade democrática é baixa em 58,4% e média em 25,5%, com apenas 2,7% de alta — mas os 2,7% importam, porque é ali que circulam as falas que pedem intervenção nas instituições. A polarização é sobretudo institucional (54%) e afetiva-identitária (34%), com grau baixo em 60% e alto em apenas 4%.



O gráfico mede uma coisa só, e a mede bem: quanto cada postura sobre o caso Master carrega de disputa sobre as regras do jogo. Vulnerabilidade democrática é a régua que indica o quanto o texto põe as normas da democracia em questão — e aqui ela vem cruzada com o posicionamento. O resultado é quase monótono: 86% da exposição está em textos de vulnerabilidade baixa, 12% em média, 3% em alta.

Quem se opõe ao que o caso denuncia — o banqueiro, os políticos a ele ligados, a rede de influência sobre o Estado — responde por 87% do engajamento total do recorte, e dentro dessa oposição 86% fica na faixa baixa. Ou seja: a indignação contra Vorcaro e companhia não se converte em ataque às instituições. É escândalo de corrupção, não ruptura institucional.

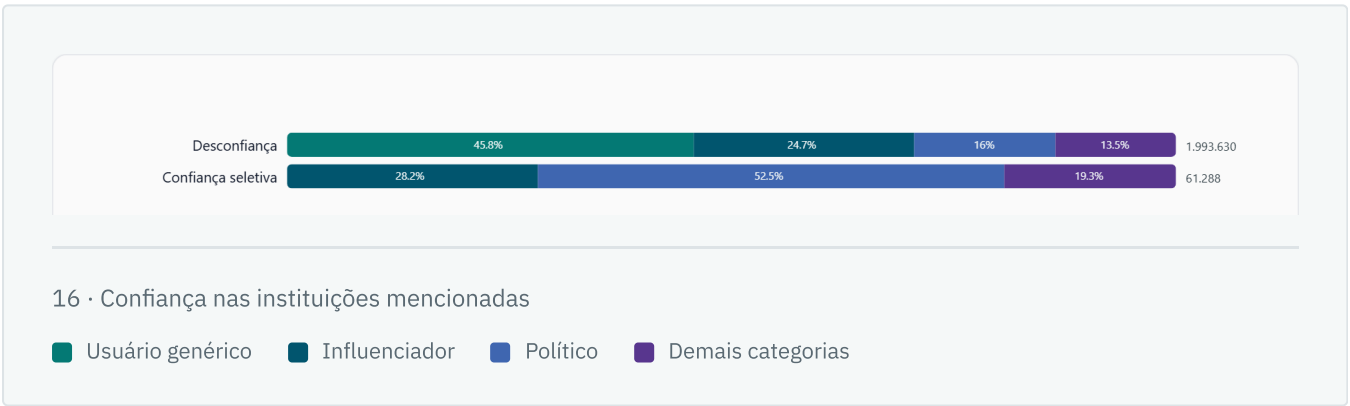
O detalhe que importa está na ponta oposta. A vulnerabilidade alta é residual em exposição, mas quando aparece é quase toda de oposição: 95% do engajamento da faixa alta vem de quem se opõe ao caso. E o apoio — quem sai em defesa dos citados — é praticamente irrelevante em volume, com 90% do pouco que

tem na faixa baixa. Traduzindo: ninguém está usando o caso para pedir fechamento de instituição, e quem tenta defender os envolvidos não o faz em nome de uma tese de ruptura. O campo atingido não transformou o escândalo em crise de regime. Prefere não falar dele.

Isso conversa diretamente com a reverberação por bolha. A direita, no recorte, quase não toca no vídeo do Porchat — e quando toca no caso, não o enquadra como ameaça à democracia. A esquerda e o público não mapeado, que puxam a conversa, também não: o enquadramento dominante é corrupção moral, com 68% dos textos, e a fundação moral mais acionada é a santidade degradada, com 99% de polo negativo — nojo, degradação, o banqueiro e a igreja no mesmo altar.

Não é a fundação da opressão nem a da subversão da autoridade que organiza o debate. É a pureza violada. O que falsearia essa leitura seria um surto de vulnerabilidade alta vindo de apoio, ou uma virada da direita para o registro institucional — nenhum dos dois aparece.

A confiança institucional é o retrato de um campo sem fé em nada: 90% dos textos expressam desconfiança, contra 10% de confiança seletiva. E ela se distribui de modo revelador por quem fala — desconfiança em 34,5% do engajamento de políticos, 29,9% do de influenciadores, 16,4% do de usuários comuns e 11,8% do de jornalistas; a confiança plena é praticamente inexistente. A exigência de prova é moderada em 66% dos textos e baixa em 31%: cobra-se evidência, mas o caso já foi julgado antes de o processo andar.



A confiança institucional neste caso não se distribui: ela se concentra. A desconfiança responde por 86% do que se publica sobre o Caso Master no recorte do vídeo do Porchat, e o gráfico mostra de onde ela vem — não de um campo, mas de todos ao mesmo tempo. Entre os políticos que publicam, 88,9% do engajamento que produzem carrega desconfiança; entre influenciadores, 95%; entre a mídia jornalística, 89,2%; entre usuários comuns, 100%. Não há um lado que confie e outro que desconfie: há um coro.

A confiança seletiva — o padrão de quem confia em algumas instituições e desconfia de outras, o mais informativo de todos — aparece em 13% do total e se concentra justamente em quem tem mais a perder: 58,8% do engajamento dos políticos seletivos, 21,6% do dos influenciadores, 18,6% do da mídia. A confiança plena é residual: 0,1% do total, e quase toda ela vinda da mídia jornalística.

O que isso diz sobre o teste de confiança que o caso propõe — banco, igreja e tribunal na mesma cena — é que ele não corrói só as instituições do outro lado. Corrói todas. A pergunta que o painel faz, se o caso mina a confiança geral ou apenas a do adversário, este gráfico responde com uma terceira via: mina a confiança

como registro. O enquadramento dominante é o de corrupção moral, em 68% das publicações, e a fundação moral do cuidado aparece no polo do dano em 81% dos textos; a da santidade, no polo da degradação, em 99%; a da autoridade, no polo da subversão, em 94%.

Não é um ataque a uma instituição específica: é a mobilização simultânea de todas as fundações morais contra um sistema inteiro. A causalidade atribuída é direta em 85% dos casos — alguém fez, alguém responde —, e os papéis actanciais-morais do MAPAM, o Modelo de Análise de Papéis Actancial-Morais, que identifica quem o autor trata como vítima, agressor, protetor ou reparador, distribuem-se entre agressor (50%) e vítima (41%), com protetor em apenas 5% e reparador em 3%. Não há quem proteja nem quem repare na narrativa que se construiu.

A reverberação por bolha confirma o diagnóstico por outro ângulo. A bolha da esquerda publica 345 vezes no recorte e cita o vídeo do Porchat em 42 delas; o público não mapeado, sem histórico político fixo, publica 329 vezes e cita o vídeo em 80 — é quem mais fala dele; a imprensa cita em 19 de 53 publicações; a bolha da direita publica 19 vezes e não cita o vídeo uma única vez. A direita fala do caso Master e não fala da peça que o transformou em escândalo nacional.

É base pequena para cravar intenção, e o dado sustenta apenas o padrão: o campo atingido não nomeia o vídeo, nem para atacá-lo. A hipótese a nomear é a de que não responder é a forma de não amplificar — e o que falsearia essa leitura seria a direita passar a citar o vídeo, ainda que para desqualificá-lo, ou o volume de publicações da bolha crescer sem que a menção apareça.

O gráfico fecha a tese do painel com uma precisão incômoda. A desconfiança não é seletiva neste caso: ela é total, e é produzida por quem deveria ser o contrapeso — a mídia jornalística desconfia em 89,2% do engajamento que gera, os políticos em 88,9%, os influenciadores em 95%. Quando todos os lados desconfiam de tudo, a confiança seletiva deixa de ser um instrumento de discernimento e vira uma posição de risco: quem a expressa são os políticos que ainda precisam de alguma instituição de pé para operar.

A ironia é que o caso que junta banco, igreja e tribunal não produziu um só ator disposto a defender qualquer um dos três. Produziu um coro de desconfiança que, por ser unânime, já não distingue culpado de instituição — e é exatamente aí que a erosão deixa de ser do outro lado e passa a ser de todos.

A REMOÇÃO PELA PLATAFORMA

A derrubada do perfil, em 23 de setembro, teve efeito mensurável e contraintuitivo. O recorte específico sobre a remoção e a censura soma 184.458 interações e 1.633.354 visualizações, e nele a corrupção moral cai para 45% dos enquadramentos, enquanto o conflito entre o povo e a elite dispara para 33,9% e os direitos e liberdades aparecem com 4,6%, mais que o dobro do que pesam no debate geral. Não é mais um caso de banco: é um caso de liberdade de expressão.

Nesse recorte, a censura ou o silenciamento respondem por 87% da disputa informacional, o vício da opressão aparece em 81% dos textos, a polarização institucional sobe a 75% e a Igreja Batista da Lagoinha chega a 80% das instituições citadas — o alvo volta ao centro pela porta da perseguição sofrida por quem o denunciou.



18 · A remoção pela plataforma: com que enquadramento ela entrou

■ Oposição ■ Neutro informativo

A remoção da Meta não deslocou o assunto: ela foi absorvida pela denúncia. Quem fala da derrubada do perfil do Revelando — o projeto da série com Fábio Porchat sobre o Banco Master e a Igreja Batista da Lagoinha — enquadra o episódio como corrupção moral em 45% do engajamento do recorte, e como conflito entre o povo e a elite em 33,9%. Somados, os dois enquadramentos respondem por quase quatro quintos da exposição. Enquadramento, aqui, é o modo como o texto organiza o assunto, e o que os números dizem é que a censura não virou tema autônomo: virou prova.

A remoção entra como o gesto que confirma a acusação, não como uma questão nova sobre o poder das plataformas. A pergunta do painel — se o assunto deixou de ser a denúncia e passou a ser a censura — tem resposta clara: não deixou. A censura foi enquadrada como corrupção moral e como arbítrio contra o povo, ou seja, dentro da gramática da denúncia.

A assimetria entre os polos é o achado mais eloquente. Quem se opõe ao que o vídeo expõe — o campo atingido pela reportagem — constrói 100% do seu enquadramento em direitos e liberdades, e o faz com alegria e esperança, não com indignação. É a leitura de quem comemora uma decisão judicial que restabelece a publicação: a liberdade aparece em 100% dos textos de apoio, e a fundação moral da liberdade, no polo virtuoso, é a única que esse lado aciona.

Já quem se opõe à censura — e à proteção dos citados — distribui-se por corrupção moral (39%), direitos e liberdades (17%), conflito povo versus elite (13%) e ameaça à democracia (12%), com indignação em 81% e raiva em 13%.

O vício da opressão aparece em 80% dos textos de oposição; a trapaça, a traição e a degradação aparecem em 100% deles. Vale dizer: um lado fala a língua da liberdade restaurada; o outro, a da moral violada. Não é simetria de enquadramentos — é um lado que monopoliza a denúncia moral e outro que se limita a defender a própria liberdade de publicar.

O que isso sugere é que a remoção pela plataforma funcionou como combustível, não como anestésico. A concentração de 67,6% das publicações do recorte em 23 de setembro, com 134.301 interações e 1.174.044 visualizações, mostra que o pico veio exatamente quando a Meta derrubou o perfil — e a indig-

nação responde por 78% das emoções do recorte. Se a censura tivesse deslocado o debate para o poder das big techs, esperaríamos enquadramentos de regulação das plataformas, de ameaça à liberdade de expressão em abstrato ou de disputa sobre a governança da internet.

O que aparece é o oposto: a remoção é lida como corrupção moral (45%) e como conflito entre o povo e a elite (33,9%), os dois enquadramentos que já organizavam a denúncia antes de a Meta agir. A plataforma não criou um assunto novo; entrou como personagem do assunto que já existia.

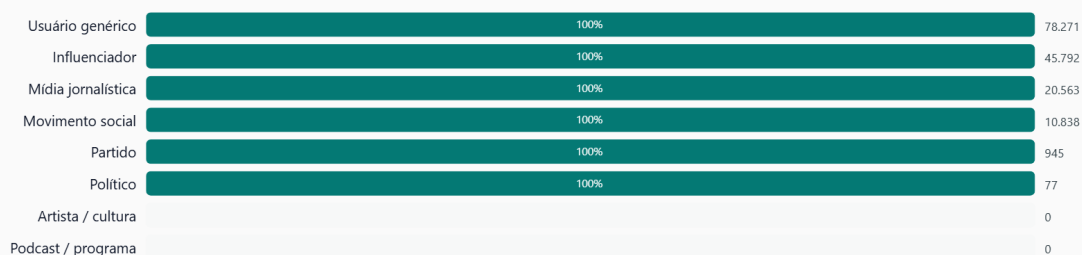
E entra como agressor. O MAPAM, o Modelo de Análise de Papéis Actancial-Morais, mede os papéis que o autor atribui a quem é citado numa situação de dano, e aqui vítima e agressor empatam em 45% cada — a Igreja Batista da Lagoinha é a instituição mais citada, em 80% das menções institucionais, e Fábio Porchat lidera entre as pessoas, em 27%. A desconfiança institucional é quase unânime, 96%, e a disputa informacional é de censura ou silenciamento em 87% dos textos.

Ou seja: o que a remoção fez foi dar ao campo que denuncia a evidência que faltava — a mão que apaga, não a que explica. A pergunta que fica não é se a Meta censurou, mas a quem a censura serviu. E os números respondem: serviu à denúncia, que ganhou 1,17 milhão de visualizações num só dia.

Resta o silêncio do outro lado, e ele é o dado mais afiado deste gráfico. A bolha da direita produziu 19 publicações no recorte do caso e nenhuma delas cita Porchat — zero. A esquerda citou o vídeo em 42 publicações; o público não mapeado, em 80, sendo quem mais fala dele; a imprensa, em 19. O campo atingido não nomeia a peça, nem para atacá-la.

Não responder é a forma de não amplificar, e a leitura que os dados sustentam é essa: o padrão de omissão, não a intenção provada. O que falsearia a hipótese seria a direita passar a citar Porchat para desqualificá-lo — o que ainda não aconteceu. Enquanto isso, o enquadramento de corrupção moral segue fazendo o trabalho que a remoção, involuntariamente, veio coroar.

O tom de quem fala da remoção é quase todo negativo, e distribuído com clareza: usuários comuns respondem por 37,4%, influenciadores por 25,6%, mídia jornalística por 9,8%, políticos por 9,4% e movimentos sociais por 5,2%. Note-se a inversão: o assunto da censura não é pauta de político em primeiro lugar — é pauta de gente comum, que é exatamente o público que o vídeo havia mobilizado. A censura deu a esse público um segundo motivo para postar.



19 · O tom de quem fala da remoção

■ Negativo ■ Positivo ■ Neutro

O gráfico mede o tom de quem publica sobre a remoção — e o que ele revela é uma condenação quase unânime, distribuída por todos os tipos de autor. A valência negativa domina cada base: responde por 100% do que publicam o usuário comum, a mídia jornalística, o movimento social, o jornalista individual, o artista e o partido; por 79% do que publica o influenciador; e por 74% do que publica o político. Não há um só tipo de ator cujo tom majoritário seja o apoio.

O influenciador é o único que abre alguma fresta — 11% de tom neutro e 10% de positivo —, e o político o acompanha de perto, com 26% de positivo, mas em ambos o negativo ainda responde por três quartos ou mais do que dizem. Traduzido: a remoção do perfil Revelando Brasil pela Meta, na quarta-feira 23, não encontrou defesa pública organizada em nenhum segmento que fala. Quem ergue a bandeira da censura são todos — do anônimo ao veículo, do parlamentar ao influenciador.

O que isso significa para a disputa é que a Meta perdeu a narrativa antes de se explicar. A censura aparece em 87% dos textos como o tipo de disputa informacional em jogo, e a desconfiança institucional alcança 96% — o episódio não foi lido como erro de moderação, foi lido como arbítrio. A fundação moral da liberdade aparece no polo da opressão em 81% dos textos, e a da autoridade no polo da subversão em 100%: o vocabulário é o de quem acusa um poder de se voltar contra o direito que deveria proteger.

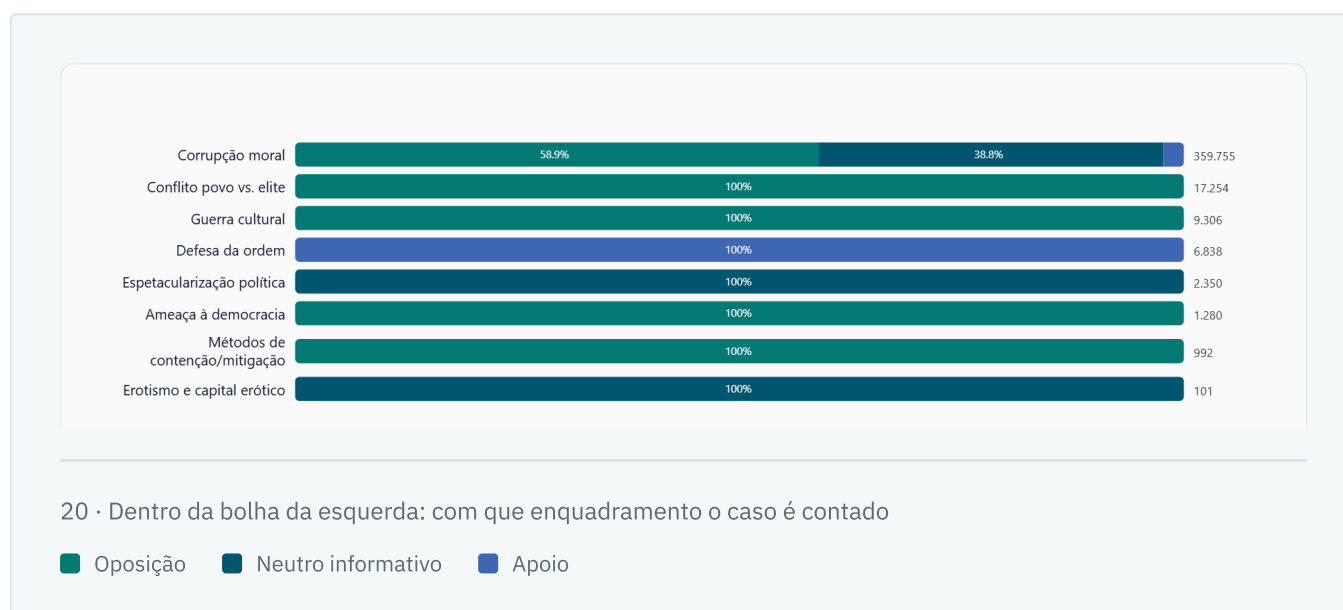
A oposição — quem condena a derrubada — responde por 61% do posicionamento, contra 37% de relato neutro e 3% de apoio, e é ela que carrega a indignação, presente em 81% dos textos desse lado.

O gráfico, portanto, não mostra dois campos em choque: mostra um campo só, indignado, e um silêncio do outro. E é aí que a leitura por bolha, medida fora deste gráfico, encontra o dado: a direita fala do caso Master e não nomeia o vídeo — zero citações de Porchat no recorte, contra 80 do público não mapeado, que é quem mais fala dele. Não responder é a forma de não amplificar. O que falsearia essa leitura seria a direita passar a citar Porchat para atacá-lo: aí o silêncio não seria cálculo, seria apenas ausência momentânea.

REVERBERAÇÃO POR BOLHA

Este é o achado central do painel, e ele não aparece em nenhum dos gráficos anteriores. Entre os perfis sem lado fixo no debate — usuário comum, influenciador sem histórico partidário definido —, cerca de um em cada quatro textos do caso nomeia o vídeo ou Porchat. Na bolha da esquerda, a proporção cai para cerca de um em oito. No público geral, um em dez. Na imprensa, mais de um em três. E na bolha da direita, nenhum: o campo atingido fala do caso Master e não fala do vídeo.

O padrão se manteve em três medições ao longo do dia, e a amostra da direita é estreita — o que ela sustenta não é intenção demonstrada, é comportamento: não responder é a forma de não amplificar. É o silêncio como estratégia de contenção, e a única resposta que não entrega ao adversário a audiência que ele pediu.

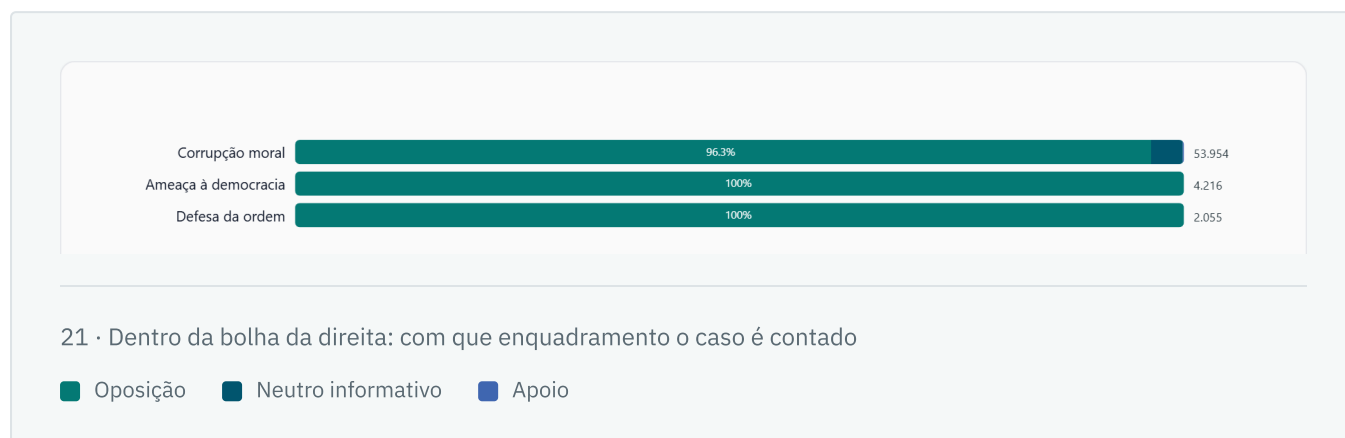


A bolha da esquerda não conta o caso Master como escândalo de corrupção apenas: conta-o como corrupção moral, e o faz quase inteiramente em oposição. Neste gráfico, que cruza os enquadramentos específicos do debate brasileiro — as grades de conteúdo com que cada texto organiza o assunto, como corrupção, conflito povo contra elite ou ameaça à democracia — com o posicionamento de quem publica, medido por engajamento, a corrupção moral responde por 85,4% de tudo o que foi engajado na base e por 77,1% do engajamento da própria oposição. É um monopólio de enquadramento.

O conflito povo contra elite, que a abordagem deste painel põe como alternativa de leitura, fica em 4,9% do engajamento oposicionista; a ameaça à democracia, em 0,7%; a incompetência estatal, em 7,0%. Ou por outra: o vídeo de Porchat não deslocou a gramática do caso para o vocabulário institucional — reforçou o vocabulário moral. Quem se opõe a Vercaro, a Flávio e a Nikolas não fala de risco à ordem democrática nem de captura do Estado; fala de gente que devia satisfação e não presta.

Vale dizer o que isso revela sobre a assimetria do campo. O apoio — quem sai em defesa dos citados — responde por 2,2% do engajamento total, e sua composição interna é reveladora: 74,5% do engajamento de apoio também se dá em corrupção moral, com prova material entregue em 8,6% e direitos e liberdades em 6,9%. Não há contra-enquadramento; há espelho. A defesa não oferece uma leitura rival do caso, apenas tenta virar a mesma acusação contra o outro lado.

O neutro informativo, por sua vez, é quase todo corrupção moral (81,6% do seu engajamento), o que confirma que o campo sem lado fixo também lê o caso pela chave moral, não pela chave institucional. A pergunta que a abordagem pedia — denúncia ou comemoração — tem resposta clara: é denúncia, e denúncia moral. A comemoração, se existe, não engaja.

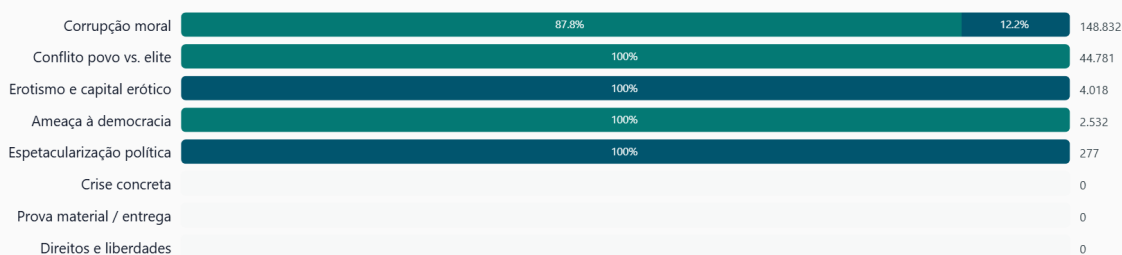


O gráfico mede o que a bolha da direita faz com o caso: cruza o enquadramento específico — a pauta substantiva que o texto aciona, como corrupção moral, ameaça à democracia ou conflito povo contra elite — com o posicionamento de quem publica, e pesa tudo por engajamento, isto é, exposição. E o resultado é quase monofônico: entre os perfis de direita que publicaram sobre o caso Master, 97% do engajamento de oposição se concentra em corrupção moral, o enquadramento que trata o episódio como escândalo de conduta e captura privada do poder.

Conflito povo contra elite responde por 24,3% do total, incompetência estatal por 7,3%, ameaça à democracia por 5,2%, e guerra cultural e espetacularização política somam 1,4% cada. Vale dizer: o campo atingido não reenquadra a denúncia como perseguição nem a converte em censura — ele a absorve inteira na gramática do escândalo moral, e o faz com uma coerência que beira o reflexo.

A prova está nos números que sustentam esse enquadramento: 56% do engajamento aciona prestação de contas, 27% transparência, e a desconfiança institucional aparece em 96% dos textos, com 82% de polarização do tipo institucional — não é ódio difuso, é acusação endereçada a instituições. A fundação moral da autoridade aparece violada em 100% dos textos, a da lealdade traída em 100%, a da santidade degradada em 100%: o caso é lido como subversão da ordem, traição e podridão, não como falha sistêmica.

E aqui o dado dialoga com o achado central do painel: a direita fala do caso Master e não nomeia o vídeo do Porchat. Não responde à denúncia, não a reenquadra como perseguição — simplesmente não fala dela. O que falsearia essa leitura seria encontrar, no mesmo recorte, um volume relevante de publicações de direita citando o vídeo ou o episódio da série, o que não aparece.



22 · Fora das bolhas: como o público sem lado fixo trata o caso

■ Oposição ■ Neutro informativo ■ Apoio

O gráfico mede o que o público sem lado fixo faz com o caso: cruza os enquadramentos específicos do debate brasileiro — os ângulos de conteúdo pelos quais o texto organiza o assunto, como corrupção moral, conflito povo contra elite, ameaça à democracia — com o posicionamento de quem publica, e pesa tudo por engajamento, isto é, exposição. E o que ele mostra é uma assimetria escancarada: a corrupção moral responde por 47,8% de toda a exposição do recorte, e dentro dela 75,8% vêm de textos de oposição, contra 19,7% de relato neutro e 4,5% de apoio.

Ou por outra: o caso não é lido como escândalo de um lado só — é lido como escândalo, ponto, e quem o lê assim o faz sobretudo para atacar.

O conflito povo contra elite, segundo enquadramento, é ainda mais desequilibrado: 86,6% da exposição dessa pauta vem da oposição. A ameaça à democracia e a violência de gênero, com a misoginia, são 100% oposição — não há um só texto de apoio ou de relato neutro que mobilize esses ângulos. Vale dizer: quando o caso é enquadrado como risco à ordem democrática ou como agressão a uma mulher, o campo que sustenta o governo não tem voz.

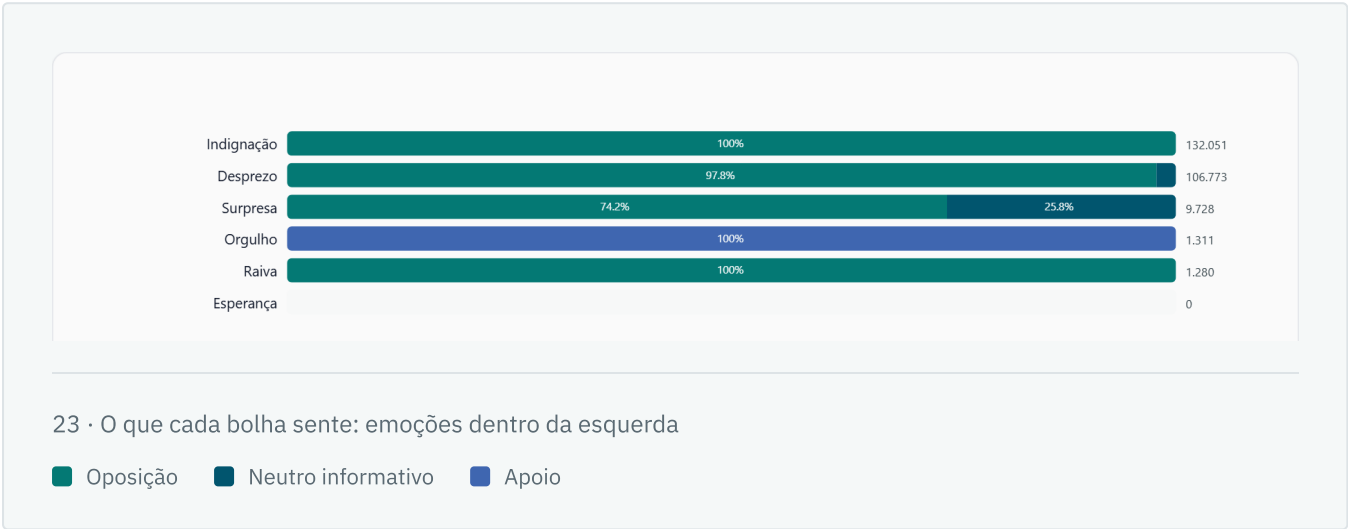
O que isso significa para a tese do painel é que o público sem lado fixo não constrói uma leitura própria do caso — ele é recrutado pela gramática da oposição. A prova está no contraste: o relato neutro, que responde por 63% do posicionamento geral do recorte, concentra-se quase todo na corrupção moral (87,2% da exposição neutra) e praticamente desaparece nos enquadramentos de maior carga política. A oposição, por sua vez, não só domina a exposição como a distribui por um leque mais amplo — corrupção moral, conflito povo contra elite, guerra cultural, ameaça à democracia —, enquanto o apoio, com 3% do posicionamento geral, aparece residual e disperso.

E aqui a reverberação por bolha fecha o argumento: a bolha da direita, no recorte de 17 a 23 de setembro, não citou o vídeo de Porchat uma única vez, enquanto o público não mapeado foi quem mais falou dele.

A direita fala do caso Master e não fala da peça que o viralizou — e o público sem lado fixo, ao tratar o caso, o faz pela linguagem que a oposição lhe ofereceu. O que falsearia essa leitura seria a bolha da direita passar a nomear o vídeo, ou o relato neutro ganhar peso nos enquadramentos de ameaça à democracia e violência de gênero; enquanto isso não acontece, o padrão que o gráfico sustenta é o de uma opinião pública que se forma sobre o caso sem que o campo atingido dispute o enquadramento.

O que cada bolha sente ajuda a entender por quê. Na esquerda, a indignação responde por 53,1% do engajamento em emoções e o desprezo por 29,6%. Fora das bolhas, a indignação cai a 46,9%, o desprezo sobe a 32,3% e a raiva aparece com 6,7% — é o público sem lado fixo que carrega a carga mais crua. Na bolha da direita, o enquadramento de corrupção moral (57,5%) disputa espaço com um enquadramento que a esquerda quase não usa: o conflito entre o povo e a elite, com 24,3%, o dobro do que pesa na bolha oposta.

A direita não fala do vídeo, mas fala do caso — e fala dele como denúncia de outro esquema, não daquele.

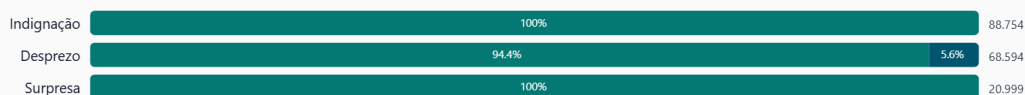


O gráfico mede o perfil emocional de cada postura no caso Master, dentro do campo que se opõe ao bolsonarismo: emoção como segmento, posicionamento como base, engajamento como medida. E o retrato é de monotonia afetiva. A indignação responde por 53,1% de todo o engajamento do recorte e por 99,5% do que circula na oposição; o desprezo, por 29,6% do total e 99,8% na oposição; a raiva, por 2,5%, integralmente oposicionista.

Somadas, indignação, desprezo e raiva concentram mais de 85% da exposição — e a surpresa, com 12,1%, é quase toda ela oposição também. Ou seja: quem se opõe a Vorcaro, a Flávio e a Nikolas não fala em outro registro. A denúncia virou um só tom, repetido até a exaustão, e é esse tom que carrega os 2,9 milhões de interações do recorte.

O dado que interessa está no que sobra. O apoio — quem defende Lula e Haddad e ataca a rede de Vorcaro pelo outro lado — responde por fatias residuais do engajamento, e ainda assim se distribui em orgulho (36,3% do que ele engaja), alegria (36%) e esperança (20,3%): é o único lugar do gráfico onde aparece afeto positivo. O neutro informativo, por sua vez, engaja sobretudo surpresa (78,7% do seu segmento) e alguma indignação (16,3%) — a imprensa e os perfis de relato não são frios, são surpresos, o que é a versão palatável da mesma denúncia.

A leitura que a abordagem pede é esta: a indignação sustenta a denúncia, e a denúncia está de pé; mas esperança e orgulho, que transformariam o caso em bandeira, ficam confinados a 0,2% do engajamento cada — bandeira que quase ninguém ergue, e bandeira erguida por poucos não convence quem está fora. É a confirmação, no plano afetivo, do que a reverberação por bolha já mostrava: a esquerda fala do caso, mas fala em um único registro, e o campo atingido simplesmente não responde.



24 · O que cada bolha sente: emoções fora das bolhas

■ Oposição ■ Neutro informativo

A INDIGNAÇÃO É DE QUEM TEM LADO: FORA DAS BOLHAS, O CASO MASTER VIROU CURIOSIDADE, NÃO REVOLTA

Este gráfico mede a assinatura emocional de cada postura sobre o caso Master — que emoção acompanha quem ataca, quem defende e quem apenas relata —, e o resultado é uma assimetria escancarada. A oposição concentra 99,6% da indignação e 97,8% do desprezo do recorte, e responde por 51,5% e 35,5% do engajamento dentro do próprio campo: a máquina afetiva do caso é movida por quem já estava contra.

O apoio, por sua vez, não é um campo indignado que contra-ataca: é um campo que se orgulha (34,4% do seu engajamento), se alegra (31,7%) e espera (31,7%) — e a coincidência exata entre alegria e esperança, com o mesmo valor, denuncia um punhado de publicações ecoando a mesma peça, não uma onda.

Já o relato neutro é praticamente inerte: 100% do que ele engaja é desprezo, e nada mais. Traduzido: o caso não produziu uma emoção nacional — produziu uma emoção de trincheira.

É aqui que a pergunta do painel se responde. A indignação real existe, mas é propriedade de quem já tinha lado; fora das bolhas, o que sobra é curiosidade — e a prova está no comportamento de quem não tem lado fixo. No recorte do caso, o público não mapeado, sem histórico político definido, é quem mais cita o vídeo de Porchat, e a bolha da direita, atingida em cheio pela peça, não o nomeia uma única vez, nem para atacá-lo.

Não responder é a forma de não amplificar; o padrão se sustenta, ainda que a base pequena recomende não cravar intenção — o que falsearia essa leitura seria a direita passar a citar o vídeo para desqualificá-lo, transformando o silêncio em confronto.

Enquanto isso não acontece, o quadro é este: uma denúncia que mobiliza fortemente quem já a esperava, um campo atingido que se cala, e um público sem lado que olha, comenta e segue — curiosidade passageira, não revolta. A moral do caso confirma o diagnóstico: o vício da degradação aparece em 100% dos textos, o do dano em 100%, o da trapaça em 84% — mas tudo isso é dito por quem já estava indignado. A indignação não é do país; é da bolha.

O QUE DIZEM OS COMENTÁRIOS

Quando se mede o que o público faz com uma denúncia, escrever não é o mesmo que endossar, e a distância entre as duas coisas é o achado mais robusto deste material. A valência, isto é, o sentimento geral que o comentário expressa, é positiva em 52,3% dos comentários e em 89,3% das curtidas, o que mostra que o tom se intensifica na passagem da palavra à adesão.

O posicionamento, que registra o que o comentário faz com o episódio — apoiá-lo, atacá-lo ou apenas relatá-lo —, reproduz o desenho: o apoio responde por 49,6% dos comentários e por 79,4% das curtidas, enquanto o ataque fica com 5,5% daqueles e com apenas 1,3% destas.

Em razão, o apoio obtém 1,6 curtida por comentário, contra 0,24 do ataque. A rejeição tem voz e não tem cor; o apoio não argumenta e é aclamado.

A voz de quem frequenta igreja tem peso próprio e tamanho pequeno. Comentários que se identificam como evangélicos, cristãos ou membros de igreja somam 2,7% dos comentários e concentram 8,6% das curtidas, sobre-representação superior a três vezes o espaço que ocupam na fala. Dentro desse grupo, 54,8% apoiam o episódio, e esse apoio reúne 97,8% das curtidas recebidas — um único comentário, com cerca de onze mil curtidas, responde por aproximadamente dois terços de todas elas.

Os enunciados explicitam a filiação: "Isso tinha que passar em toda igreja no culto de domingo!", "Sou evangélico e digo, parabéns pelo documentário" e "Tenho 59, sou cristão batista há 34 anos, diácono e professor de escola bíblica". Convém não extrapolar: 42 comentários, por mais elogiosos que sejam, não medem o eleitorado evangélico — medem a posição de quem se dispôs a declarar pertencimento religioso diante do episódio.

A assimetria entre comentar e curtir organiza a recepção do caso. Comentar exige tomar a palavra e se expor; curtir é gesto de baixo custo, e é nele que a aprovação se acumula. A diferença entre a valência positiva e o apoio declarado é, por isso, pequena na fala e grande na adesão: quase dez pontos percentuais separam os dois no terreno das curtidas, o que indica que parte do conteúdo bem recebido não se declara apoiador, apenas se soma a um clima favorável.

O quadro sugere uma audiência que autoriza a denúncia sem entrar no mérito dela, reduzindo a controvérsia a um núcleo minoritário e combativo — o que também explica por que o ataque, única voz que se opõe, não produz contágio.

O que esses números sugerem é que a controvérsia em torno da ligação entre um banco e grandes igrejas não está sendo disputada pela audiência, e sim confirmada por ela. A aprovação do episódio é aclamatória mais do que argumentativa, e a contestação, ainda que ativa, não encontra adesão proporcional. Nesse arranjo, contar comentários superestimaria a rejeição e subestimaria o consentimento, porque as duas grandezas medem coisas distintas: intensidade de uns poucos e adesão de muitos.

Uma explicação alternativa, de natureza condicional, é que parte do apoio decorra da autosseleção das audiências dos vídeos da série, já predispostas a receber a denúncia, e que a rejeição se tenha concentrado nos dias seguintes à derrubada do perfil pela Meta, em 23 de setembro, sem se firmar como posição permanente.

Nos comentários do episódio oficial, 6,7% são negativos e 0,8% atacam a peça; nos do vídeo crítico "Porchat virou detetive e se deu MAL", 73,0% são negativos e 21,0% atacam a peça. São duas conversas que correm lado a lado sem se cruzar: a mesma denúncia produz recepções opostas conforme o canal por onde chega, e o número de quem muda de lado é indistinguível de zero. A denúncia sobre o Banco Master de Daniel Vercaro e a Igreja Batista da Lagoinha não gera um público, gera dois — cada um já instalado no seu enquadramento antes de assistir.

A censura não chegou ali. Apenas 0,7% dos comentários falam da remoção do perfil pela Meta, ocorrida em 23 de setembro e desfeita horas depois. O assunto que ocupou a imprensa e as redes não desceu até quem comenta os vídeos: enquanto a remoção deslocou o debate público da denúncia para a censura, embaixo dos vídeos ela é quase inexistente.

SÍNTESE INTERPRETATIVA À LUZ DA ABORDAGEM

Leio este painel pela perspectiva do enquadramento — a seleção de aspectos de um assunto que o texto torna salientes e, com isso, define o problema, a causa, o juízo moral e a solução (Entman; Semetko e Valkenburg; Iyengar) — combinada com a da disputa informacional, que mede não se o conteúdo é falso, mas quem contesta a verdade de quem. O que essa lente ilumina aqui é a mecânica do deslocamento: o caso nasce enquadrado como corrupção moral (77% do recorte geral), com causa direta em pessoas determinadas (83%), emoção de indignação (49%) e fundação de degradação em quase unânime 98%.

É um enquadramento de escândalo, que individualiza a culpa, produz vilões e esgota a energia pública na punição. Quando a Meta derruba o perfil, o enquadramento muda de objeto sem mudar de forma: o vilão deixa de ser o banqueiro e passa a ser a plataforma, o conflito povo contra elite sobe a 33,9%, os direitos e liberdades quadruplicam de peso relativo e a fundação acionada vira a opressão. O caso não foi calado — foi rebatizado.

O que essa lente deixa de fora é o que não caberia a um painel de discurso responder: se o vídeo é factualmente correto em cada detalhe, se houve dolo na moderação da plataforma e o que a investigação produzirá. E deixa de fora, também, a economia política da Igreja da Lagoinha como máquina de mobilização eleitoral — o dado mostra que ela é o alvo institucional número um, com 32,4% do engajamento e 95,2% de tratamento negativo, mas não mede o que essa exposição faz com o voto evangélico.

O que ela ilumina com precisão é o ponto que interessa a quem comunica: a audiência deste caso pertence a quem não tem lado fixo, e é justamente esse público que a direita não foi buscar.

HIPÓTESES ALTERNATIVAS

Primeira: o silêncio da direita sobre o vídeo talvez não seja cálculo, mas desinteresse — o episódio é longo, produzido por um humorista e hospedado num perfil que o campo atingido não considera interlocutor. Falsaria a leitura da contenção deliberada se aparecesse, nos próximos dias, volume crescente de publicações da direita nomeando o vídeo para atacá-lo, ou se a exposição vier por perfis de mídia alinhados em vez de políticos.

Segunda: os 24,3% de conflito entre o povo e a elite dentro da bolha da direita podem indicar que o campo está usando o caso para atacar o Supremo e o sistema financeiro, e não para defender os citados — nesse cenário, o silêncio sobre Porchat é seletivo, não estratégico, e basta que o vídeo mude de alvo para que o campo o adote.

Terceira: a hipótese de que a remoção pela Meta teria sido apenas erro de moderação, corrigido em horas. Mesmo se for verdade, não altera o efeito: o enquadramento de censura já está instalado e responde por 87% da disputa informacional do recorte da remoção. O que falsaria a centralidade desse efeito é o assunto voltar a ser lido só como corrupção nos próximos dias, sem resíduo de censura.

AGENDA DE INVESTIGAÇÃO

Quatro frentes merecem acompanhamento cerrado. A primeira é a curva da nomeação: medir, dia a dia, se a bolha da direita passa a citar o vídeo, e por qual via — político, influenciador ou mídia alinhada. A segunda é a Igreja Batista da Lagoinha, que já é o alvo institucional mais pesado e a única instituição com bloco de defesa relevante: verificar se ela constrói contra-enquadramento próprio ou se permanece apenas citada. A terceira é o dinheiro pago: os anúncios sem financiador declarado concentram cerca de dois terços do gasto do recorte e precisam ser rastreados até a origem, porque opacidade nessa escala não é acaso.

A quarta é o público sem lado fixo, que responde por quase um quarto das menções ao vídeo e pela maior parte dos comentários — é dele que sairá, se sair, a tradução eleitoral de tudo isso. Faltando menos de duas semanas para o primeiro turno, em 4 de outubro, o que este painel mostra é que a denúncia já encontrou seu público; o que ainda não se sabe é quem terá coragem de falar dela em voz alta.

FICHA METODOLÓGICA E SOBRE A PLATAFORMA

SOBRE A PLATAFORMA

A Orikom, plataforma de inteligência social da IPSE Global, acompanha diariamente o debate público brasileiro sobre política, clima e democracia em redes sociais, imprensa e anúncios políticos, e lê cada publicação com um conjunto de modelos de análise do discurso. Os painéis e relatórios do Laboratório cruzam esses modelos com apoio da Ori, a inteligência analítica da plataforma.

O QUE SE MONITORA

Redes e plataformas: Instagram, TikTok, X e YouTube; a Meta Ads, com o que foi veiculado como anúncio no Instagram, no Facebook, no Threads, no Messenger, no WhatsApp e na rede de parceiros da Meta; e a imprensa — os principais portais do país, mais tudo o que sai no Google News e no Bing. A coleta é contínua, por perfil e por palavra-chave: 4.446 perfis em coleta dedicada (Instagram 1.635, TikTok 891, X 828, YouTube 679) e 531 coletas por palavra-chave, sobre uma taxonomia de 7.320 termos em 58 temas e 283 subtemas (1.467 ativos no ciclo do momento e 772 em reserva, com termos emergentes entrando a cada cinco horas). Na imprensa, cerca de 900 veículos com cobertura recorrente.

Quem: todos os candidatos nacionais e estaduais de 2026 da lista oficial do TSE; os eleitos para presidente, governador, senador e deputado; os ministros nomeados; os perfis institucionais de órgãos públicos; influenciadores; e as mídias tradicionais e alternativas — 14.910 candidatos de 2026 da lista oficial do TSE, com 32.693 perfis declarados nas redes, entram tanto na coleta quanto na classificação. Quem fala e quem é citado são reconhecidos por um cadastro de 36.536 entidades: 19.994 candidatos e políticos (TSE), 2.939 pessoas, instituições e veículos do debate, e 13.603 entidades vindas do Wikidata (5.649 órgãos públicos, 5.602 lugares com código IBGE e 2.352 vozes digitais com ocupação e redes).

COMO SE CLASSIFICA

Cada publicação é lida por 19 modelos analíticos em 30 blocos de classificação, 43 dimensões de leitura e 16 métricas de exposição: tema e subtema; tipo de autor (político, influenciador, mídia, órgão público, cidadão comum); entidades citadas (pessoas, instituições, veículos, lugares, marcas); sentimento e emoções; enquadramentos genéricos e específicos; posicionamento (apoio, oposição, relato); as sete fundações morais de Haidt com o polo acionado; valores de Schwartz; visões de mundo de Kahan; papéis atribuídos (MAPAM, da IPSE); confiança, coragem, força e esperança atribuídas ao ator (CCFE, da IPSE); valores republicanos; padrão de confiança institucional; polarização (tipo e grau); causalidades atribuídas; tipos de desinformação; tipos de engajamento político; exigência de prova; permeabilidade e vulnerabilidade democrática. Os rótulos descrevem o que cada texto diz — retratam o debate público, não a opinião do eleitor.

ESTE RECORTE

Relatório “Caso Master: o vídeo do Porchat — relatório” com 26 gráficos; período: de 17/09/2026 a 23/09/2026, dia a dia. Recorte comum aos gráficos — subtema: Caso Master: o vídeo do Porchat, Vorcaro e a Lagoinha. Esse recorte envolve 2.719.930 interações (curtidas, comentários e compartilhamentos) de 562 autores distintos, em 1.072 publicações. A exposição é sempre medida por engajamento; as séries diárias são lidas em composição do dia; as composições percentuais fecham em 100%.

Ficha gerada em 23/09/2026; números de monitoramento atualizados em 2026-09-14.

LEITURAS COMPLEMENTARES



O gráfico mede uma coisa só, e é bom que se diga de saída: quanto do engajamento total de cada dia foi para este caso, dia a dia, de 17 a 23 de setembro. E o que ele mostra é que o caso não é conversa de rede que morre no fim de semana — é uma curva que sobe. No dia 17, o caso respondia por uma fatia modesta do engajamento do dia; em 20 e 21, essa fatia praticamente dobra; e em 23, quando o perfil da série é derubado pela Meta, o caso salta para o maior patamar da semana.

A leitura é direta: cada episódio — a reportagem, o vídeo, a censura — não diluiu o assunto, empilhou. O que o gráfico não mostra, e por isso não se afirma aqui, é se esse crescimento é do caso ou do volume geral; a régua para isso é a participação no total do dia, que subiu de 0,5% em 17 para 3,4% em 23. Subiu. O caso cresceu dentro do debate, não apenas junto com ele.

Vale dizer o que essa curva significa para a pergunta do painel — onde o caso vive. Ele vive nas redes, e o gráfico é explícito: a fatia de engajamento que os anúncios pagos capturam é zero em todos os sete dias, e a imprensa, que não entra na medida de engajamento, aparece no contexto com 44,5% das matérias justamente no dia 23, o dia da derrubada. Ou seja: a imprensa chegou depois, e chegou pela censura, não pela denúncia.

O vídeo de Porchat foi o combustível; a Meta, involuntariamente, foi o acelerador. Quem fala do caso é a rede, e quem fala da rede é a imprensa. A pergunta que fica — a quem interessa essa sequência? — responde-se com o dado: a quem quer que o caso não morra. E ele não morreu.



A evidência é escancarada: neste caso, quem move o engajamento não é quem publica mais, é quem tem mais alcance por publicação. Políticos respondem por 34,8% de toda a exposição do recorte e influenciadores por 23,0% — juntos, quase três quintos do total. Mas o dado que crava a tese está na coluna da composição: 91,7% do engajamento dos políticos e 83,2% do engajamento dos influenciadores vêm de publicações de oposição a Vorcaro e à rede que o cerca.

A oposição ao banqueiro preso, ao senador Flávio Bolsonaro e ao deputado Nikolas Ferreira não é uma fatia do debate — é o debate. E ela é conduzida por poucos perfis de altíssimo rendimento: Guilherme Boulos, Sâmia Bomfim, Erika Hilton, Fernando Haddad, Lindbergh e Deltan Dallagnol concentram a exposição que o campo político produz, cada um com um punhado de publicações que valem mais que dezenas de matérias.

Vale dizer o que isso significa em termos de circulação: a mídia jornalística, que responde por 8,1% do engajamento na oposição, tem perfil oposto — publica muito e converte pouco por publicação, com 63,1% do seu engajamento na oposição e 35,8% no relato neutro. O artista de cultura é o caso-limite: 98,1% do seu engajamento está na oposição, quase nada no resto. Já o apoio a Vercaro e ao campo atingido é residual — 1,5% do total vem de políticos que o defendem, 1,1% de influenciadores —, o que confirma que não há contranarrativa de massa: há silêncio, e o silêncio, aqui, é a resposta.

É exatamente o que a reverberação por bolha sugere: a bolha da direita fala do caso Master e não nomeia o vídeo de Porchat, enquanto o público não mapeado é quem mais cita a peça. Não responder é a forma de não amplificar. O que falsearia essa leitura seria a direita passar a citar o vídeo — para atacá-lo ou para desqualificá-lo —, o que hoje não acontece.

IPSE GLOBAL · ORIKOM

A Orikom acompanha diariamente o debate público brasileiro sobre política, clima e democracia em redes sociais, portais de notícias e anúncios políticos, e o lê com um conjunto de frameworks de análise do discurso: sentimento, emoções, enquadramentos, fundações morais, valores, papéis actanciais, confiança institucional, polarização e vulnerabilidade democrática. O Laboratório cruza esses frameworks em painéis e relatórios como este, com apoio da Ori, a inteligência analítica da plataforma.

CONTATO

ipse.global

info@ipse.global

+55 21 99514-3404

RELATÓRIO GERADO PELA PLATAFORMA ORIKOM EM 23/09/2026